



Susana Daniela Fernandes dos Santos

# AS REVISTAS CIENTÍFICAS E O DIREITO DE CÓPIA

Faculdade de Letras  
2011



UNIVERSIDADE DE COIMBRA





MESTRADO EM INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E NOVOS MEDIAS

# As revistas científicas e o direito de cópia

Susana Daniela Fernandes dos Santos

Coimbra

2011

Dissertação de Mestrado em Informação, Comunicação e  
Novos Medias apresentada à Faculdade de Letras da Universidade  
de Coimbra, sob orientação da Professora Doutora Maria  
Manuel Borges e do Dr. António Tavares Lopes



“A liberdade de cópia e acesso a publicações para fins não-comerciais não é incompatível com a venda comercial de cópias impressas.”

(Ortellado & Machado, 2006)



## **Dedicatória**

Dedico esta tese à minha família, especialmente aos meus pais e avó, Maria de Lurdes, Arménio e Maria Benedita pelo amor, carinho, força, apoio incondicional e conselhos que me deram em todo o meu percurso escolar e pessoal.





## Sumário

Agradecimentos	ix
Resumo	xi
Introdução	1
1. As revistas científicas	
1.1. Contextualização histórica	4
1.2. Definição, objectivos e funções	6
1.3. Publicações electrónicas	8
1.3.1. Particularidades e questões pertinentes	12
2. Propriedade intelectual	
2.1. Análise legislativa	24
2.2. Posição dos editores e associações de editores científicos	36
3. Projecto ID@UC	
3.1. Características	44
3.2. A definição de copyright	45
Conclusão	49
Anexo I: “Acordos de transferência de direitos autorais”	
A – Declaração de <i>Copyright</i> da Revista Produção (Scielo Brasil)	53
B – Declaração de <i>Copyright</i> usada pela RECOM	55
C – Exemplo da Declaração de <i>Copyright</i> das Revistas da UFG	57
D – Declaração de <i>Copyright</i> da Revista Portuguesa de Cirurgia	59
E – Declaração de <i>Copyright</i> da Revista Texto & Contexto	61
Referências Bibliográficas	63
Índice de figuras	69
Índice de gráficos	71



## Agradecimentos

Inicialmente gostaria de agradecer aos meus orientadores, a Doutora Maria Manuel Borges e o Dr. António Tavares Lopes pelos conselhos, esclarecimentos e linhas de orientação no meu trabalho.

Aos meus colegas de mestrado, particularmente às colegas do grupo debruçado no projecto ID@UC pela partilha de ideias e opiniões.

À orientadora do estágio profissional que frequento, a professora Raquel Afonso, pela compreensão de algumas deslocações a Coimbra.

Por último, e não menos importante, agradeço aos meus pais pela força e motivação para continuar o caminho iniciado.



## Resumo

As revistas científicas ocupam um papel primordial na divulgação dos resultados da investigação constituindo um dos meios privilegiados do canal formal de comunicação da ciência.

Contudo, e porque se trata difusão da ciência, discute-se actualmente a possibilidade do acesso sem restrições a estas revistas, designado por *Open Access*. Neste contexto, uma das problemáticas é a adaptação dos direitos de autor ao ambiente digital com o intuito de alcançar o equilíbrio entre a protecção dos direitos privados e a defesa do bem público, a informação.

Este trabalho pretende abordar a legislação europeia e portuguesa relativa aos direitos de autor, debruçando-se ainda sobre as licenças *Creative Commons*, muito usadas em publicações electrónicas.

É feito um levantamento nos portais *Scielo*, *OJS* e *DOAJ* para perceber a combinação da licença CC mais usada ao nível internacional e qual será a mais vantajosa para as revistas científicas.

**Palavras-chave:** revistas científicas, publicações electrónicas, acesso aberto, direitos de autor.

## Abstract

Scientific magazines play a key role in the dissemination of research results, constituting one of the privileged means of the formal channel of science communication.

However, and because we are talking about the diffusion of science, the possibility of unrestricted access to these magazines is currently discussing, called *Open Access*. In this context, one of the problems is the adaptation of the author's royalties to the digital environment in order to achieve the balance between the protection of private rights and the defense of the common welfare, the information.

This work aims to be an approach to the European and Portuguese legislation regarding the author's royalties, also leaning on *Creative Commons* licenses, widely used in electronic publications.

Is made a survey in portals *Scielo*, *OJS* and *DOAJ* to realize the combination of the CC license widely used at an international level, and which will be the most advantageous to scientific magazines.

**Keywords:** scientific magazines, electronic publications, open access, copyright.



## Introdução

As revistas científicas ocupam um papel primordial na publicação/divulgação dos novos avanços científicos em muitas áreas do conhecimento. Este objectivo foi facilitado pela tecnologia e pela internet, pois a Web 2.0. fomentou redes electrónicas mais dinâmicas e interactivas, nas quais a comunicação e a partilha de recursos pelos seus intervenientes contribuem para o desenvolvimento científico. As Tecnologias da Comunicação e Informação além de facilitarem a comunicação permitem diminuir o tempo e custo associado à gestão e publicação das revistas bem como o arquivamento dos trabalhos em *e-prints* e repositórios (institucionais e temáticos). A versão electrónica permite poupar espaço no armazenamento mas, no entanto, esta versão irá coexistir com a versão em papel, em prol da preservação, visto que, a tecnologia pode tornar-se obsoleta e os equipamentos e programa usados actualmente podem não estar disponíveis no futuro. No caso das revistas científicas sujeitas a assinatura, o cancelamento da mesma irá interditar o acesso aos números, anteriormente, pagos (Rosa, 2010).

Em certas áreas como a física, é normal usar-se o conceito de pré-publicação em servidores para dar a conhecer as pesquisas mais recentes, substituindo o papel das revistas científicas, sendo que estes artigos mais tarde serão publicados nos periódicos (Mueller, 2006).

O objectivo geral deste trabalho é abordar a temática dos direitos de autor nas revistas científicas em ambiente digital. Posto o objectivo geral, os objectivos específicos são:

1. Contextualização histórica das revistas científicas e questões emergentes da adaptação destas aos desenvolvimentos tecnológicos;
2. Estudo da legislação ao nível nacional e europeu;
3. Análise das políticas de *copyright* praticadas pelos editores;
4. Esclarecer o funcionamento do projecto ID@UC no que concerne a esta matéria.

Este estudo é particularmente pertinente pelo facto da propriedade intelectual, e mais particularmente, pelo facto dos direitos de autor, serem uma problemática da sociedade da informação devido às diferentes legislações existentes, dificultando a sua gestão.

Verifica-se um desajustamento da legislação face à realidade das publicações electrónicas pois estas publicações têm particularidades ao nível da reprodução e difusão advindas do próprio funcionamento da tecnologia. Por exemplo, a própria noção de cópia tem representações diferentes nos dois ambientes em questão, sendo que nas publicações electrónicas o acesso, em si, é feito com recurso a uma cópia.

A *Budapest Open Access Initiative* entende o *Open Access* como a disponibilização livre da literatura científica na Internet pública, o que se traduz na possibilidade do utilizador poder descarregar e usar os artigos para qualquer propósito legal, sem constrangimentos financeiros, legais ou técnicos.

Para a sua efectivação, é necessário considerar duas vias, a via verde (*green road*) relacionada com o auto-arquivamento nos repositórios e a via dourada (*golden road*) que aposta na adopção do modelo *Open Access* sem pagamentos por parte das revistas científicas. Este modelo está a cativar os interessados no processo de comunicação científica, sendo uma prática viável para a publicação e gestão a utilizar na “via dourada” (Marques, 2011).

O projecto ID@UC tem por objectivo a migração das revistas científicas da Universidade de Coimbra para o ambiente digital, recorrendo-se à plataforma OJS para a gestão e edição das mesmas visto que cumpre todas as etapas da publicação em moldes tradicional havendo a opção de disponibilizar os artigos em OA ou por meio de pagamento.

A metodologia aplicada baseia-se na pesquisa de informação pertinente ao assunto em questão na Web, nomeadamente, para o primeiro objectivo específico, o material foi pesquisado em repositórios institucionais (Estudo Geral da UC, repositóriUM, entre outros), na B-On; em páginas institucionais como por exemplo, o Ibicit e em motores de busca (Google). Para o segundo objectivo além da pesquisa já referida, foi consultada a legislação apropriada. Para cumprir o terceiro objectivo foi verificada a informação relativa ao *copyright* nas listas das revistas presentes nos portais



Scielo, OJS e DOAJ. Todas as revistas foram consultadas individualmente, estando a informação disponível na página da revista, no menu “Sobre” ou na página principal através do símbolo identificativo da licença CC usada. Por fim, no último objectivo, a metodologia consistiu na consulta do site OJS, do manual de utilizador OJS e SEER/OJS, bem como das informações disponibilizadas pelas publicações acerca do assunto em questão.

O trabalho divide-se em 3 partes. A primeira é dedicada às revistas científicas (contextualização, definições, objectivos e publicações electrónicas), a segunda é relativa à propriedade intelectual (análise e posição dos editores e associações de editores científicos) e a última debruça-se sobre o projecto ID@UC (características e a definição de *copyright* pela revista científica).

# 1. As revistas científicas:

## 1.1. Contextualização histórica

O surgimento das universidades e sociedades científicas por volta do século XVII fez com que os cientistas tivessem algum apoio para as suas pesquisas. Estas sociedades, anteriormente, denominadas por “colégios invisíveis” (*invisible college*), tiveram um papel extremamente importante para o impulso da comunicação científica porque reuniam os investigadores de cada área científica para a discussão das suas pesquisas e partilha de conhecimento.

Até meados do século XVII, os membros das sociedades comunicavam por cartas, com recurso a mensageiros. O volume das trocas de informação levou, naturalmente, à constituição do periódico científico baseado na compilação dessas cartas. Este “arquivamento” das experiências e resultados permite a clara identificação de um determinado autor e, conseqüentemente, o registo de propriedade da descoberta (Rosa, 2010)

A par das cartas, as “actas ou memórias consistiam em transcrições das descobertas que eram relatadas durante as reuniões de uma dada sociedade e, posteriormente, impressas na forma resumida para servirem de fonte de consulta e referência aos membros dessa sociedade” (Stumpf, 1996).

O ano de 1665, marcou o nascimento das duas primeiras revistas: *Journal de Sçavants* e o *Philosophical Transactions*.

O primeiro, de nacionalidade francesa, com vinte páginas, dava a conhecer livros, porque o editor Dennis de Sallo tinha o hábito de resumir todos os livros que lia pressupondo que também iriam interessar às outras pessoas. Foi suspenso até 1666 por conter material ofensivo à Coroa (Castedo,2009).

O segundo periódico, da *Royal Society of London*, enquadra-se em duas áreas temáticas, uma de carácter político e outro religioso, sendo da responsabilidade de um dos secretários, Henry Oldenburg, a divulgação dos estudos experimentais da academia. Com base numa cópia do *Journal des Sçavans*, foi discutido pelos membros da *Royal Society of London* o conteúdo e estrutura do periódico, ficando acordado que este seria

mais científico que o francês e daria mais destaque às experiências realizadas pelos cientistas. Tinha uma periodicidade mensal e a assinatura era 10 libras (Stumpf, 1996).

Em suma, Stumpf *apud* Antunes (2010) defende que ambos os periódicos contribuíram, significativamente, para o futuro da literatura científica: enquanto o *Journal des Sçavants* serviu de modelo para as publicações da ciência em geral, o *Philosophical Transactions* constituiu o modelo das publicações das sociedades científicas.

Em 1830, um marco importante foi a introdução das revistas de resumos (Pharmazeutisches Zentralblatt), pois tornou possível a recuperação de artigos, logo, facilitou o acesso à informação e avaliação pelos restantes membros da sociedade científica, contribuindo para o desenvolvimento da ciência.

No século seguinte, além do Estado e das Universidades, as revistas começaram a ser publicadas por editores comerciais que podem suportar os custos da publicação e conferindo validade aos artigos, sendo que o seu formato permaneceu praticamente igual durante três séculos, diferindo alguns aspectos, como, por exemplo, a língua (inicialmente era o latim) e a obrigatoriedade dos artigos serem inéditos (Stumpf, 1996).

Para Gomes (2010) os desenvolvimentos da *World Wide Web*, na década de 80, vieram alterar as formas de publicação, nomeadamente o suporte em papel passou a existir com o suporte digital.

Os artigos científicos passaram a ser consultados *on-line* nas bases de dados bibliográficas, tendo os utilizadores autonomia através dos seus computadores e de um modem a eles ligado para efectuar essa pesquisa.

As TIC (Tecnologias da Comunicação e da Informação) têm um papel extremamente importante como facilitadoras de acesso, produção e difusão do conhecimento e, igualmente, na comunicação entre os cientistas que cada vez mais é feita ao nível internacional, como é o caso de conferências e encontros (Borges, 2006).

No entanto, nas últimas décadas do século XX, “o crescimento acentuado da literatura científica (...) foi acompanhado pela comercialização, e pela perda de controlo por parte do mundo académico, do sistema de comunicação da científica” (Rodrigues, 2004), o que se reflectiu num aumento estrondoso do preço das revistas e diminuição

das assinaturas de bibliotecas e outras instituições, sendo que entre 1986 e 1998 o aumento do preço das revistas é de 152% e o cancelamento de revistas assinadas em 7% e entre 1986 e 2001 subiu 215% (Elliot, 2004).

Deste modo, o sistema de comunicação da ciência tornou-se menos eficaz, limitando a divulgação de resultados alcançados pelos investigadores, o que constituía um entrave ao avanço da ciência e o modelo baseado em assinaturas considerado insensato face às potencialidades da Internet.

Como consequência desta crise, conhecida como a “crise dos periódicos”, as editoras tentaram travar o cancelamento das assinaturas com várias acções, entre elas, as vendas “em pacote”, isto é, eram vendidos às bibliotecas parte das revistas publicados por uma editora acompanhadas de outras revistas que a instituição não assinava, aumentando o acesso. O custo era menor e, após, uma larga adesão pelas instituições a relação custo-benefício começou a ser analisada, pois o aumento de citação, ou seja, o aumento de número de vezes que um artigo é referenciado noutros trabalhos, acarreta o aumento da assinatura (Rodrigues, 2010).

Paralelamente a esta situação, a tecnologia foi-se aperfeiçoando, o que deu origem a novas formas e produtos de divulgação da informação, como é o caso de revistas, também, electrónicas e repositórios.

## **1.2. Definição, objectivo e funções**

É clara a importância dos periódicos no processo da comunicação científica, dando validade e veracidade às novas descobertas em muitas áreas do conhecimento. No entanto, o facto de existirem várias expressões usadas como sinónimos (“revistas científicas”, “publicações periódicas” e “publicações em série”) dificulta a existência de uma definição precisa e exacta destas publicações (Castedo, 2009).

Segundo a *ISBD(CR)*, - norma para a descrição bibliográfica dos periódicos e recursos contínuos da *IFLA (International Federation of Library Associations and Institutions)*, as publicações em série são definidas como um “recurso contínuo publicado numa sucessão de fascículos ou partes separados, tendo normalmente numeração, sem conclusão predeterminada. As publicações em série incluem revistas,

revistas ilustradas, revistas electrónicas, directórios publicados em partes sucessivas, relatórios anuais, jornais e séries monográficas”. A ISBD consolidada de 2007 manteve esta definição.

Machlup defende esta mesma ideia ao definir as publicações periódicas como “um termo abrangente para publicações editadas em partes sucessivas, apresentando indicação numérica ou cronológica e com a intenção de continuar indefinidamente” (Castedo, 2009). Assim se constata que o requisito principal para este tipo de publicação é a periodicidade, daí serem em série.

No entanto, uma tentativa de definição mais completa é apresentada por Denise H. Farias de Souza, como sendo “publicações editadas em fascículos, com encadeamento numérico e cronológico, aparecendo a intervalos regulares ou irregulares, por um tempo indeterminado, trazendo a colaboração de vários autores, sob a direcção de uma ou mais pessoas mas geralmente de uma entidade responsável, tratando de assuntos diversos, porém dentro dos limites de um esquema mais ou menos definido” (Castedo, 2009).

Quanto ao objectivo, este dissolve-se e traduz-se nas várias funções das revistas científicas, sendo tido como principal a divulgação dos resultados das pesquisas à comunidade científica. Estes resultados são comunicados sob a forma de artigos, cujo objectivo é o de “constituir um espaço de discussão, de troca de informação e de divulgação de resultados essenciais à ciência” (Borges, 2006).

Para as revistas científicas cumprirem o objectivo de “divulgação científica”, no século XVIII, os artigos passam a deter funções como o registo de propriedade e a integração no arquivo público da ciência e, dois séculos depois, detêm uma outra função, a de servir de indicador do estatuto dos investigadores e das organizações onde estes desenvolvem as suas pesquisas (Derek de Solla Price *apud* Schauder *apud* Borges (2006).

Por conseguinte, Borges (2006) defende que as publicações periódicas têm, essencialmente, quatro funções no meio científico: constituir o “meio de comunicação entre os pares; exercício do controlo de qualidade (*peer review system*); meio para demonstrar a originalidade e valor dos autores enquanto, simultaneamente, facilita a distribuição de créditos pela comunidade científica”.

Ida Stumpf (1996) e Eloy Rodrigues (2004) partilham uma opinião semelhante: - a primeira diz que a função destas publicações é a de “divulgação do conhecimento”, ao passo que para o segundo é a “divulgação dos resultados da investigação para promover o avanço da ciência”. Esta mesma ideia também é partilhada por Gomes (2010), ao constatar que existe uma concordância entre vários autores como Ziman, Targino, Ferreira, Modesto e Weitzel que afirmam que o periódico funciona como um instrumento de “memória da ciência e um meio de divulgação de resultados das pesquisas para a comunidade de pesquisadores e académicos”.

Castedo (2009), à semelhança de Stumpf aponta três funções, sendo a primeira o registo das descobertas da ciência de forma contínua, funcionando como arquivo da mesma com actualização regular, a segunda é constituírem a principal forma de comunicação do saber, que tornam os resultados conhecidos e, por último, a terceira relaciona-se com os investigadores e as suas instituições e o prestígio e reconhecimento que adquirem com o facto de os seus artigos serem avaliados pela comunidade científica.

### **1.3. Publicações electrónicas**

No fim da década de 80 do século passado, a Internet veio introduzir alterações na publicação dos periódicos e surgem as primeiras pesquisas sobre a comunicação científica e as redes electrónicas, chegando-se à conclusão que a expansão destas modificou, principalmente, a comunicação informacional entre os cientistas (Gomes, 2010).

Na segunda metade dos anos 80, os preços das assinaturas começaram a subir, além dos valores da inflação, o que tornou insuportável para as bibliotecas manterem os periódicos actualizados, tendo de diminuir o número de assinaturas prejudicando os seus estudantes e professores. O periódico científico deixa de cumprir com eficiência o requisito de disseminação das pesquisas, sendo visto como um negócio para as editoras.

Simultaneamente, os investigadores entregam, por vezes, os seus artigos a periódicos que a instituição onde se desenvolveu a pesquisa não pode adquirir.

Após a década de 90, as publicações electrónicas fizeram surgir a possibilidade de mudanças no sistema tradicional da comunicação científica, as quais foram especialmente “aguardadas” pelos países da “periferia” dos centros produtores. Isto porque, além de acreditar num acesso sem barreiras ao conhecimento, esperavam, igualmente, dar visibilidade ao que produziam (Mueller, 2006). Assim, na óptica de Baptista e outros (2007), a comunicação científica é internacional, o que significa que as tecnologias vieram acentuar esta natureza e possibilitar, igualmente, pesquisas em conjunto e publicações em co-autoria, mesmo sem haver contacto pessoal entre investigadores.

As redes electrónicas vieram reforçar o papel do espaço virtual no sistema comunicativo da ciência, sendo que, muitas revistas existem, unicamente, na Web e outras conciliam a versão impressa com a electrónica e, ao mesmo tempo, acelerar a velocidade de comunicação de resultados e ideias entre os pesquisadores a nível mundial.

Lancaster *apud* Castedo (2009) aponta quatro etapas para a evolução destas publicações:

1. No início de 1960, o uso de computadores servia para criar publicações impressas, possibilitando revistas, adaptadas de acordo com as necessidades dos leitores.
2. Depois, a distribuição passa, também, por um formato electrónico, em que esta versão era igual à versão em papel.
3. Nesta fase, a distribuição era feita, somente, no formato electrónico, onde já eram utilizadas ferramentas de pesquisa, e aviso aos leitores da existência de artigos do seu interesse, possibilitado pelo registo de perfis.
4. A última fase diz respeito a publicações inovadoras e interactivas com recurso ao hipertexto, áudio, vídeo e demais possibilidades advindas da Internet e dos seus desenvolvimentos (Web 2.0.).

Todo o processo desde a edição à publicação tornou-se, gradualmente, mais rápido, fácil e com um custo baixo, captando o interesse de editores, bibliotecários,

autores e, principalmente, os leitores que podem consultar os documentos inúmeras vezes sem encarecer o seu preço. Em jeito de comparação Tenopir *apud* Marques (2010), faz uma estimativa dos custos entre uma revistas científica impressa e uma em formato electrónico, sendo que, no primeiro caso a produção fica em \$559,535, ao passo que, num publicação electrónica, o custo baixa para \$175,000 por ano.

A par das inúmeras vantagens, também há obstáculos que as publicações electrónicas têm de ultrapassar, sendo a credibilidade um deles, apontado por Silveira e Oddone (2005), nas publicações só de origem electrónica pois quando a revista possui um formato impresso esta questão já não é apontada. Assim como é possível assegurar a validade de um documento on-line? Quer sejam editoras comerciais ou instituições sem fins lucrativos, as suas publicações passam por um sistema de edição e publicação, que inclui avaliação dos pares (peer review) e normalização, concedendo validade às temáticas nelas abordadas.

Neste sentido, importa acrescentar que algumas bases de dados conceituadas como a MEDLINE e EMBASE da área da saúde, entre outras, ao começarem a indexar publicações, unicamente, em formato electrónico, deram-lhe a credibilidade que necessitam para serem consultadas e citadas (Silveira; Oddone (2005).

Stumpf (1996), indica outras três questões apontadas a este tipo de publicações: o reconhecimento, preservação e o acesso.

Relativamente ao reconhecimento, este é possível se as publicações electrónicas estiverem de acordo com os padrões da ciência podendo os autores obter o mesmo reconhecimento que nas publicações impressas. O problema impõe-se quando no “universo” electrónico, o conteúdo do documento é alterado por terceiros, corrompendo o conceito de autoria, ao mesmo tempo que contribui para o enriquecimento do avanço da ciência. Neste sentido, o reconhecimento é feito através da referência do autor do artigo que se está a usar.

A preservação afecta a aceitação destas revistas, existindo aspectos para os quais não há certezas como a duração da disponibilização de artigos numa rede descentralizada, a manutenção do arquivos dos periódicos electrónicos mas, principalmente, a obsolescência da tecnologia, visto que os programas e equipamentos que produzem estas publicações poderão não estar acessíveis no futuro.



O acesso evidencia-se noutra situação, também, em que as possibilidades de aceder às revistas científicas (conhecimentos, equipamentos e custo das assinaturas) não são iguais a nível universal mas para colmatar esta desigualdade existem programas especiais para os países em desenvolvimento. Outro aspecto mais prático prende-se com o corte no acesso aos números das publicações já pagas mas que a assinatura não foi renovada.

Com efeito, a desigualdade na produção científica além de criar problemas nas comunidades de cientistas destes países e no desenvolvimento da própria ciência, aumenta as diferenças sociais e económicas entre os países “ricos” e os “pobres” (Tilly, 2006) e entre o hemisfério norte e o sul, nos quais a informação é vista como geradora de valor, aumentando, significativamente, a sua importância na comunicação electrónica.

Para Silveira e Oddone (2005), actualmente, as publicações científicas constituem-se a partir das seguintes formas:

- a) As editoras comerciais são as produtoras das revistas conhecidas pela elevada qualidade, apresentação, relevância dos temas e investimento, em formato impresso e on-line. O acesso é feito através de assinaturas anuais ou bi-anuais sendo o valor determinado, geralmente, pelo factor de impacto das publicações. Neste sistema, as editoras detêm os direitos autorais pois os autores submetem os seus artigos sem custo, os quais são analisados quanto à qualidade, veracidade e relevância pelo corpo editorial compostos por profissionais da área científica dos artigos que fazem a revisão, bem como um profissional de informação seria conveniente para as questões técnicas.

As instituições sem fins lucrativos, quer sejam universidades, sociedades ou associações, são produtoras de uma grande quantidade de revistas científicas, as quais, na generalidade, são editadas gratuitamente, em sistema de permuta ou com recuso às editoras ou através de assinaturas. No caso de ser na forma sem custo, a disponibilização ao público pode ser imediata ou após um período que pode ser 6 meses, um ou dois anos. Estas publicações científicas também são conhecidas pelo “acesso

gratuito”. Resta acrescentar que nas duas formas apresentadas os direitos pertencem às editoras ou instituições.

- b) As revistas *on-line* de acesso aberto constituem uma nova forma editorial, mas nos moldes tradicionais no que concerne ao corpo editorial e revisão por pares, possibilitada pela tecnologia, ao nível da publicação electrónica e Web.

Nestas, o autor *paga* um montante para a publicação dos seus artigos, detendo os direitos de autor e o acesso, cópia e armazenamento são permitidos. O financiamento antes pago pelo assinante (*subscriber pays*), agora no acesso aberto é o autor (*author pays*). Assim sendo, os artigos não enquadrados numa revista electrónica e, por isso, individuais, estão a ser arquivados digitalmente em arquivos de *e-prints* que se baseiam no *auto-arquivamento* por parte dos autores de forma *gratuita* e aberta, mas, no entanto, pelo facto de não estarem inseridos numa revista, o sistema de recompensa não se verifica.

### **1.3.1. Particularidades e questões pertinentes**

Face ao enorme potencial electrónico a que se tem assistido nas últimas décadas, existe uma problemática que tem causado várias posições dos intervenientes do processo de comunicação científica (editoras, bibliotecários, autores e leitores, entre outros) e que se baseia no acesso livre às publicações científicas, quer sejam os repositórios institucionais ou os periódicos.

Esta é a questão que mais discussão tem suscitado entre a comunidade científica pois a Web possibilitou a difusão directa das obras ou artigos, seja pelo autor ou pela instituição sendo que é a comunidade de investigadores que avalia e gere estas publicações (Millán, 2001) e permite um aumento da visibilidade dos autores baseada no número de citações dos seus artigos e, conseqüentemente, a influência nas pesquisas futuras e desenvolvimento da ciência.

O acesso aberto é uma consequência de duas situações: primeiro surge como reacção da comunidade científica ao aumento do preço das assinaturas praticado pelas editoras comerciais e segundo como consciência das vantagens ao nível do impacto da publicação na Web de documentos sem restrições de acesso (Rodrigues, 2004).

No movimento do acesso livre, as três declarações mais importantes para o seu estabelecimento foram a de Budapeste, Bethesda e Berlim.

A 14 de Fevereiro de 2002 surgiu a iniciativa de Budapeste para o acesso aberto, organizada pela *Open Society Institute* (OSI) com o apoio da fundação Soros (André, 2010). A *Budapest Open Access Initiative* (BOAI) estabeleceu os fundamentos do movimento, princípios e estratégias, as quais devem-se completar entre si, apontando para duas vias:

1. Auto-arquivamento em arquivo aberto de artigos já publicados, segundo o modelo *arXiv.org*<sup>1</sup>. Esta aposta nos repositórios institucionais é designada por via verde (*green road*).

Os repositórios institucionais, como o nome indica, detêm a documentação produzida numa determinada instituição, sendo o objectivo aumentar a visibilidade da mesma, ao mesmo tempo que fomenta o acesso ao material produzido na instituição, com recurso ao auto-arquivamento por parte dos autores. Servem, igualmente de arquivo e meio de estatística acerca da produção científica da instituição.

Os servidores de *e-prints* são similares aos repositórios embora com uma grande diferença: ambos agregam artigos de uma área específica ou

---

<sup>1</sup> A Convenção de Santa Fé através da *Open Archives Initiative* inspirada nos arquivos abertos (como o *arXiv.org*) facilitou o acesso às pesquisas e às revistas electrónicas de acesso gratuito. O OAI para transformar o conhecimento apoiou-se em mudanças a nível técnico e organizacional para possibilitar uma estrutura de publicação científica aberta. Definiu, ainda, os componentes essenciais para um arquivo de *e-prints*: mecanismo de submissão; sistema de armazenamento para submissão e preservação de artigos; interface aberta, para integração de metadados de outros arquivos abertos (Batista e outros, 2006).

instituição mas no caso dos *e-prints*, estes, ainda, não foram publicados e tratam-se de documentos que são usados em actividades de investigação ou ensino, quer sejam “*working papers*, relatórios técnicos, comunicações a conferências, apontamentos de aulas e outros materiais didácticos, relatórios de projectos de investigação, folhas informativas ou boletins de departamentos, centros de investigação ou laboratórios” (Rodrigues, 2004) ou outros, independentes das revistas científicas tradicionais. Os responsáveis por estes servidores evitam que o material sem relevância seja depositado pelos autores.

Como já foi anteriormente referido a grande diferença entre estes dois (repositórios institucionais e *e-prints*) reside no tipo de documentação que aí se arquiva e se já está publicada ou não. Assim sendo, o factor-chave entre eles reside no *peer review*, isto é, se os artigos já foram alvo de avaliação ou não. No caso dos *e-prints* trata-se de informação de uma área específica sem estar avaliada, enquanto que nos repositórios institucionais são arquivadas publicações dessa instituição, já avaliadas e publicadas.

2. Revistas alternativas e apoio às já existentes para adoptarem o modelo OA sem subscrições ou pagamento para o acesso. Esta via é designada por dourada (*golden road*).

As publicações periódicas em formato electrónico continuam em transformação desde a década de 90, altura em que surgiram, baseadas num modelo tradicional de periódico com acesso livre a par da versão impressa ou disponibilização gratuita após seis meses ou um ano da versão impressa. Estas publicações, no sentido puro do acesso aberto, estão isentas de taxas de acesso ou assinatura e as despesas são custeadas por taxas de publicação, pagamento da versão impressa, entre outros.

A BOAI adopta uma definição de “acesso aberto” mais minuciosa sendo a disponibilização livre [da literatura científica] na Internet pública, permitindo a qualquer usuário ler, descarregar, copiar, distribuir, imprimir, buscar ou fazer um *link* para os textos completos destes artigos, capturá-los para indexação, utilizá-los como dados para *software*, ou utilizá-los para qualquer outro propósito legal, sem outras barreiras

financeiras, legais ou técnicas que àquelas inseparáveis do próprio acesso à Internet. A única limitação à reprodução e distribuição, e a única função do *copyright* neste domínio, deve ser o controlo dos autores sobre a integridade da sua obra e o direito de serem reconhecidos e citados (Budapest Open Access Initiative, 2001).

Esta iniciativa debruçou-se sobre as seguintes questões (BOAI apud Borges, 2006):

- Criação de modelos e planos de negócio sustentáveis para o auto-arquivamento e publicações em OA;
- Difusão e suporte do OA através de redes de bibliotecas;
- Apoio aos investigadores de países menos desenvolvidos na publicação em revistas que cobram taxas para esse efeito;
- Criação de software para a publicação em OA, auto-arquivamento e indexação;
- Divulgar os princípios do OA entre as instituições integrantes do processo da comunicação científica (fundações, bibliotecas e universidades), governos e organizações internacionais.

Para colmatar os custos de publicação e acesso, o BOAI defende alternativas para financiamento como *page charges*, apoio institucional, utilização das verbas que seriam para as assinaturas.

O ano de 2003 traz as outras importantes declarações no movimento em prol do acesso livre: a de Bethesda e a de Berlim. A primeira surgiu numa reunião a 11 de Abril com várias personalidades relacionadas com a informação na área biomédica no Instituto Médico Howard Hughes com o intuito de estimular a discussão sobre o *Open Access* na literatura científica. O documento que expressa esta reunião (*Bethesda Statement on Open Access Publishing*) contém conclusões, recomendações, recomendações e uma definição de publicação em OA, tendo esta de cumprir duas condições (Borges, 2006):

1. O autor concede aos utilizadores o acesso livre e autorização de cópia, distribuição e trabalhos derivados para o meio digital;

2. Integração do trabalho após publicação em, pelo menos, um repositório institucional, que promove o OA, sendo indicado o *PubMed Central* para a área biomédica.

Para as instituições financeiras e faculdades, editores e bibliotecários, cientistas e sociedades científicas foram publicadas recomendações em separado.

A segunda, a Declaração de Berlim sobre o acesso ao conhecimento nas ciências e humanidades foi subscrita a 22 de Outubro pelas principais instituições científicas europeias (*Sociedade Max-Planck*, Alemanha e *Centre National de la Recherche Scientifique*, França), apoiando o *Open Access*, e o depósito em arquivos a fim da libertação das barreiras financeiras dos editores.

Segundo a Declaração de Berlim uma publicação em *Open Access* deve seguir duas condições (Declaração de Berlim sobre o Acesso Livre ao conhecimento nas ciências e humanidades, 2011):

1. O detentor dos direitos autorais das publicações concede aos utilizadores o direito gratuito de acesso e uma licença para copiar, usar, distribuir, transmitir e exibir o trabalho publicamente e distribuir obras derivadas, em qualquer suporte digital com referência à autoria bem como o direito de fazer um pequeno número de cópias impressas para seu uso pessoal.
2. Depósito de uma versão completa do artigo bem como a cópia da licença acima referênciada, num formato electrónico normalizado num repositório, no mínimo, que seja propriedade de uma instituição académica, sociedade científica ou outra organização que estimule o OA e o arquivamento a longo prazo.

Foi com esta declaração que as instituições e organismos governamentais tomaram uma posição em apoio do OA (André, 2010).

Ainda que sem poder jurídico, estas declarações constituem um ponto forte a favor do OA, dando visibilidade e colocando-o como ponto certo de debate.

Como antecedentes destas três declarações está a *National Library of Medicine* (NLM), nos E.U.A., que lançou a *PubMed Central*, em 2000, com o intuito de criar uma biblioteca digital para as ciências da vida, recorrendo ao acesso livre para a tornar útil e

viável. Esta congrega a *Medline* e torna-se a “base de dados mais relevante para localizar os artigos científicos” da área, remetendo-os, caso seja possível, à versão integral no site do editor (Borges, 2006).

A *Public Library of Science* (PLOS), foi criada, igualmente em 2000, pelo director do *National Institute of Health* (NIH) dos E.U.A., Harold Varmus, e um ano mais tarde, este lança uma carta aberta em defesa da PLOS, incentivando os investigadores a publicar os seus artigos só em editoras que os incorporem num servidor de acesso livre, dentro do período de 6 meses (Borges, 2006).

Esta acção permitiu concluir que o avanço em prol do acesso aberto só seria possível com a criação de revistas científicas neste modelo.

Assim, a literatura científica estaria disponível em bibliotecas *online* como a *PubMed*, de forma livre mas, no entanto, o acesso ideal é conseguido com a *PLOS* e com a *BioMed Central* (BMC), em 2003.

Em 2001, a PLOS lançou a ideia de criar uma revista científica de alta qualidade em acesso aberto, sendo os autores a custear a publicação dos seus artigos, pagando uma determinada quantia.

O projecto da PLOS interessou a Vitek Tracz, do *Current Science Group*, que criou a *BioMed Central*, cuja intenção era assegurar a difusão livre dos artigos que a integrassem.

Ambos os projectos (PLOS e BMC) pretendem testar novos modelos económicos em que a publicação é entendida como o resultado final da investigação, para atingir os seguintes objectivos:

- Acesso ilimitado aos resultados das investigações;
- Facilitar a investigação;
- Fomentar novas formas de exploração da comunicação científica por todos os intervenientes interessados.

A Organização para a cooperação económica e desenvolvimento (OCDE), em Janeiro de 2004 organizou um encontro para discutir os benefícios do desenvolvimento científico e tecnológico, possível através do acesso e uso da informação científica.

Neste sentido, a aceitação e seguimento da *Declaration on Access to Research Data from Public Funding*, pelos governos aí referidos permite aceder aos resultados das investigações com recurso ao dinheiro público e, simultaneamente, criar (Borges, 2006):

- Abertura: aumentando a qualidade na investigação e progresso;
- Transparência em relação às organizações produtoras, uso e condições;
- Conformidade legal dos dados;
- Profissionalismo, nomeadamente na gestão da documentação digital;
- Protecção da propriedade intelectual com recurso ao copyright ou outra lei aplicável às bases de dados;
- Interoperabilidade com outras organizações;
- Qualidade e segurança dos arquivos através da avaliação por pares ou outras formas de assegurar a autenticidade dos documentos;
- Eficiência na gestão de dados e serviços;
- Responsabilidade: na avaliação do sistema de acesso por forma a maximizar o OA na comunidade científica, em particular, e na sociedade, em geral.

Em suma, os canais de acesso aberto, actualmente, mais utilizados na comunicação científica são: os periódicos científicos com avaliação prévia; servidores de *e-prints* (baseados no modelo arXiv.org); repositórios institucionais (universidades) ou de disciplina e o auto-arquivamento em páginas pessoais (Mueller, 2006).

Os entusiastas deste movimento defendem uma política de auto-arquivamento como solução para a problemática do custo das assinaturas e acesso, facilitando a acessibilidade e pesquisa da informação.

Neste modelo (OA), o “processo de selecção e validação dos artigos publicados atende às mesmas exigências de qualidade das revistas tradicionais pela validação dos pares” (André, 2010).



Por outro lado, surgem obstáculos ao livre acesso, alguns por falta de esclarecimento, relacionados com as dúvidas dos autores e dos seus direitos, advindas duma difícil gestão das diferentes leis de *copyright* existentes; com as limitações do tradicional sistema comunicacional da ciência (por exemplo, o papel dominante das editoras que ultrapassaram a função das revistas de divulgação dos resultados da investigações a favor da comercialização do conhecimento) e com algumas particularidades dos canais de acesso aberto como, por exemplo, o facto de a tecnologia, por um lado, permitir um controlo muito mais eficaz no acesso mas, por outro lado, permite a cópia e distribuição a baixo custo.

Na opinião de Silveira e Oddone (2005), existem diferenças entre os conceitos de acesso gratuito, acesso aberto e acesso livre. Um periódico de acesso aberto é gratuito desde a sua origem, sendo que os direitos autorais permanecem com o autor. O acesso gratuito, emprega-se no caso de um periódico que é pago, mas a dada altura, é disponibilizado na Web de forma gratuita, permanecendo os direitos de autor com a editora. O conceito acesso livre tem sido empregado nos dois sentidos.

O acesso aberto é entendido de várias formas semelhantes, sendo que na literatura é possível constatar que “acesso aberto” e “acesso livre” são expressões utilizadas como sinónimos.

Eloy Rodrigues entende o acesso livre como sendo a “disponibilização livre na Internet de literatura de carácter académico ou científico, permitindo a qualquer utilizador ler, descarregar, copiar, distribuir, pesquisar ou referenciar o texto integral dos documentos”. Esta ideia é partilhada por Batista e outros que vêm o acesso livre como uma disponibilização da literatura científica acessível a todos, sem restrições de uso quer sejam relativas ao preço ou permissões (Rodrigues, 2004).

Ortellado e Machado partilham esta ideia adoptada em Budapeste mas sintetizam-na como “disponibilização livre e pública de um texto, de forma a permitir a qualquer um a leitura, cópia, impressão, distribuição e, quando for o caso, *download*, busca ou *link* com o seu conteúdo completo, assim como a indexação ou o uso para qualquer fim não comercial” (Ortellado & Machado, 2006).

A *Public Library of Science* explora uma definição, semelhante à Declaração de Berlim, que possibilita o acesso e utilização através de uma licença, a *creative commons*

*attribution licence*, que protege o autor e os utilizadores dos seus artigos. As publicações de acesso aberto têm de seguir duas condições:

1. Os autores e os detentores dos direitos autorais garantem para todos os utilizadores o direito de acesso livre, irrevogável, mundial e perpétuo e a licença para copiar, utilizar, distribuir, transmitir e exibir o trabalho publicamente e fazer e distribuir trabalhos derivados deste, em qualquer meio digital para qualquer propósito responsável, com sua própria autoria, assim como o direito de fazer um pequeno número de cópias impressas para uso pessoal.
2. É depositada imediatamente após a publicação original, num formato electrónico padrão, uma cópia da versão completa do trabalho, com todos os materiais suplementares, incluindo a cópia da permissão, em pelo menos um repositório *online* de uma instituição académica, universitária, agência governamental ou outra organização que permita o acesso aberto, distribuição irrestrita, interoperabilidade e arquivo em longo prazo (PLOS, 2004).

Um ponto de discórdia é o modelo económico: nas revistas tradicionais funciona o princípio de “*reader pays*”, enquanto que no livre acesso é o “*author pays*”, no qual é o autor a custear os encargos de publicação, garantindo acesso gratuito às publicações. As instituições públicas reduzem nas verbas para as assinaturas das revistas, mas, por outro lado, têm de custear as publicações dos seus investigadores.

Hélio Kuramoto do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) defende que o acesso aberto está em fase de consolidação, aperfeiçoando a pesquisa e difundindo os seus resultados e aumenta o factor de impacto das publicações (André, 2010). Neste sentido, verifica-se que o número de revistas presentes na base de dados das citações do ISI em acesso aberto está a aumentar. As características de citação duma revista neste modelo são uma maior rapidez de acesso e citação do que nas revistas impressas, ou seja, a citação de publicações em acesso aberto aumenta se considerarmos o “índice imediato” (*immediacy index*) do que o “factor de impacto” (*impact factor*) (McVeigh, 2004). O índice imediato prende-se com a indicação da velocidade em que os artigos publicados nas revistas são incorporados, isto é, citados em trabalhos posteriores. Assim, o factor de impacto nas publicações de acesso aberto é

superior naquelas que adoptaram este modelo em 2001, pelo menos, do que nas que o adoptaram mais tarde, de acordo com o estudo efectuado por McVeigh (2004).

Muitas das revistas em acesso aberto existem há um tempo considerável e são bem sucedidas, oferecendo conteúdo actual e artigos já mais antigos.

A Web tem a grande vantagem de “disponibilizar mais facilmente os resultados da investigação” e por conseguinte, os autores vêem as suas investigações disponíveis com um impacto de citação superior (Borges, 2008).

Os direitos de autor são, igualmente, preservados como numa publicação impressa pois cada documento submetido num repositório ou publicação electrónica é registado incluindo a data de submissão.

Relativamente, à preservação digital, Kuramoto refere que um dos princípios do OAI é os repositórios sejam a longo prazo, de acordo com normas internacionais de preservação digital (André, 2010).

No que concerne à situação portuguesa e ao acesso aberto pode-se referir que, primeiramente, os profissionais procuraram aumentar os seus fundos bibliográficos e recursos informativos (publicações periódicas e bases de dados) das suas bibliotecas, especificamente, as universitárias e só posteriormente se envolveram no debate que aborda o sistema de publicação científica e a avaliação crítica da qualidade das fontes de informação (condições de licenciamento e acessibilidade, utilização e divulgação da literatura em acesso livre).

A nível internacional, os profissionais da informação assumiram uma posição mais significativa no debate e reformas do sistema comunicacional da ciência (Rodrigues, 2004).

Com efeito, até à década de 90, o sistema científico português caracterizava-se pela sua dimensão reduzida e subdesenvolvida. Em 1990, o número de artigos portugueses referenciados na ISI Web of Knowledge era 1335 e no ano anterior eram 1029 artigos, em 2000 passou para 10831 e, uma década mais tarde, o total de artigos

era 25545, o que evidencia o investimento em torno da modernização do sistema científico e no ensino superior.<sup>2</sup>

No nosso país, o desenvolvimento do acesso aberto foi fomentado, principalmente, pelas universidades tomando como exemplo o RepositóriUM da universidade do Minho, criado em 2003, e dois anos mais tarde adopta uma política de auto-arquivamento. O Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) formado em 1979, criou um grupo de trabalho sobre o acesso aberto em 2007 (RCAAP, 2011).

Destaca-se, em 2008, a criação de um “meta-repositório nacional e de um serviço de alojamento de novos repositórios”, que foi designado por RCAAP (Repositório Científico de Acesso Aberto em Portugal).

Concluindo, em Portugal as publicações científicas são produzidas no seio das instituições de ensino superior e são, essencialmente, disponibilizadas em suporte impresso e ligadas a um *membership*, (Saraiva; Rodrigues, 2010) sendo que as revistas em acesso aberto são, ainda, em número reduzido (56 em 2011, no directório DOAJ<sup>3</sup>).

Relativamente aos repositórios institucionais, em 2009, existiam 25 registando-se um crescimento significativo a partir de 2006. Neste sentido, os que seguem políticas de auto-arquivamento são mais bem sucedidos, visto que esta prática aumenta a visibilidade da instituição e do autor, servindo de indicador da qualidade do repositório. Constitui, ainda, um meio para a preservação digital e expansão dos resultados das investigações.

Considerando as limitações financeiras das instituições de ensino superior e o aumento da literatura científica publicada em revistas internacionais, Portugal deverá, num futuro próximo, apostar na aplicação do AO nos repositórios e no auto-arquivamento.

Sintetizando, podemos enumerar duas principais vantagens do acesso livre:

---

<sup>2</sup> Pesquisa efectuada a 22 de Setembro de 2011.

Termos: “Portugal”, no campo *address* e o ano: 1990; 2000; 2010, em *year published*.

<sup>3</sup> Informação consultada a 3 de Outubro.

Fonte: <http://www.doaj.org/doaj?func=byCountry&uiLanguage=en>

- Aumenta o uso dos resultados da investigação, o que favorece o progresso da ciência, beneficiando os investigadores e as suas instituições, e, em última análise, o país;
- O auto-arquivamento dos artigos científicos, após a aceitação para publicação, é uma prática que pretende contribuir para o que foi referido acima. A maioria dos autores tem uma atitude favorável ao auto-arquivamento, desde que seja feita referência à autoria e não se pretenda tirar proveito económico da publicação, pertencendo aos repositórios definir a política de auto-arquivo a aplicar nos mesmos.

## 2. Propriedade Intelectual:

### 2.1. Análise Legislativa

As leis de propriedade intelectual devem tentar alcançar um meio-termo entre o incentivo à criação e difusão de obras (através dos direitos concedidos ao autor, editor, produtor) e o acesso às mesmas pelos cidadãos (Fernández-Molina, Dias & Borges, 2008). Este equilíbrio é conseguido através das várias limitações e excepções da legislação.

Pedro Pina (2010) afirma que os vários direitos de propriedade intelectual (direitos de autor e de propriedade industrial) garantem a utilização do conhecimento a um nível individual, baseando-se numa estrutura comum em que o detentor do direito explora a obra ou cede esse direito a terceiros.

Assim, estes direitos são justificados com a necessidade de garantir os direitos, quer sejam patrimoniais ou não, de uma criação ao seu autor legítimo, sendo essa protecção considerada um estímulo à inovação e avanço científico. Considerando estas pesquisas como bens públicos que beneficiam a humanidade, não é desejável que estes sejam restritas aos seus autores e financiadores.

As publicações digitais alteraram o modo de reprodução e, por conseguinte, a distribuição e publicação destas, o que afecta a economia das editoras e, por isso, a protecção dos direitos autorais é aumentada (Borges, 2008).

Antes da exposição da legislação (Directiva Europeia 2001/29/EC e Código de Direito de Autor e dos Direitos Conexos) torna-se oportuno conhecer o percurso dos direitos autorais até à actualidade.

Os direitos de autor nos moldes modernos surgiram na Baixa Idade Média com a legislação das guildas (associações profissionais) e corporações de ofícios.

A primeira legislação surgiu em 1710, o Estatuto da Rainha Ana, e era baseado nos princípios da Companhia dos Livreiros de Londres, a qual controlava as três partes do ofício (editor, impressor e livreiro) através de licenças (Ortellado & Machado, 2006), sendo o rei o único que se podia sobrepor a estas licenças.

No século XVII esta prática começou a ser questionada pois os livros eram caros e impossibilitava a existência de concorrência.

O Estatuto da Rainha Ana veio transferir os direitos do livreiro para o autor, diminuindo o período da licença.

No século seguinte, o direito autoral tornou-se mais sólido com o reconhecimento de que este constituía um equilíbrio entre o interesse público e o interesse privado.

O interesse público prende-se com a redução ou não aumento da duração dos direitos autorais e o interesse privado com o oposto, naturalmente.

O desenvolvimento industrial teve o efeito oposto nas alterações introduzidas pelo Estatuto da Rainha Ana relativamente à Companhia dos Livreiros.

Assim, os autores tiveram de ceder os seus direitos aos editores da indústria livreira por não terem recursos económicos suficientes para a comercialização dos seus trabalhos e o período de protecção passou de 14 anos no século XVIII para toda a vida do autor e, ainda, mais 70 anos, na actualidade.

Assim, verifica-se uma “mercantilização da produção do conhecimento científico” (Pina, 2010).

Posteriormente, com os avanços da tecnologia, Richard Stallman do MIT criou um sistema operacional livre, o GNU, compatível com o *Unix*, sendo que, actualmente, é conhecido, também, por *Linux*. Inventou, igualmente, o conceito de *copyleft* associado à sua licença pública geral usada no projecto GNU (GPL) que permitia o uso de obras protegidas em benefício do público, ou seja, o *software* ou qualquer obra podia ser modificada livremente, desde que o contributo fosse para melhoramento. Esta licença pretendia retirar barreiras à utilização, difusão e modificação.

Neste sentido, surgiu o projecto *Creative Commons* por Lawrence Lessing e que permitia a reprodução de trabalhos originais (científicos ou não) de acordo com o tipo de licença adoptada pelo autor, tendo 6 combinações à sua disposição.

A primeira tentativa para legislar a propriedade intelectual foi em 1996, pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) com o Tratado de Direito de

Autor, que pretendia ser o modelo a seguir pelos vários países da U.E (Fernández-Molina, Dias & Borges, 2008), sendo que, estes países orientaram-se pela Directiva Europeia de 2001 para redigir a sua própria legislação.

Além da aplicação da legislação, existem outras formas de proteger o criador como, por exemplo, a tecnologia através de dispositivos de controlo de acesso e uso e de licenças/contratos entre os autores/editores e os utilizadores, quer sejam em nome individual ou instituições.

A tecnologia e a legislação são uma questão controversa pois o desenvolvimento tecnológico permite reproduzir cópias facilmente e as leis têm que acompanhar os avanços da tecnologia, sendo que a informação digital não se encontra condicionada ao seu suporte, isto é, pode ser pesquisada e modificada.

Samuelson *apud* Marques (2006), defende que a aplicação dos direitos de autor neste meio é dificultada pelos seguintes aspectos:

- Facilidade da tecnologia produzir cópias e distribuí-las a baixo custo;
- Dificuldade na gestão das diversas leis existentes nos países;
- Ideia enraizada que o uso privado de materiais protegidos não deve ser um acto ilícito;

Nas publicações científicas o que acontece é o autor entregar os seus direitos ao editor e, assim, além de não ter nenhuma vantagem directa por vezes, ainda, tem de custear a publicação dos seus trabalhos. Os lucros alcançados são indirectos, por exemplo, bolsas de investigação e contratos com universidades, sendo por isso que os investigadores defendem o OA (Marques, 2011).

Na Directiva 2001/29/CE assume-se uma tentativa de legislar o *copyright* e equilibrar os interesses de ambas as partes através de um conjunto de privilégios e excepções relacionadas com a educação, ensino e investigação. Estes pretendem preservar os direitos fundamentais e os interesses públicos, bem como incentivar a competência.

Os direitos autorais funcionam num sistema de recompensa e incentivo, em que os autores/produtores são recompensados pelas suas pesquisas e trabalhos e, em



simultâneo, o investimento em novas pesquisas e distribuição do conhecimento é incentivado (Comissão Europeia das Comunidades, 2008).

Pretende-se que esta directiva seja adoptada pelos Estados-Membros e complementada, conforme as necessidades.

Em termos gerais, a lei preconiza os seguintes direitos:

- a) Reprodução (art. 2º) por parte dos autores, artistas, intérpretes e organismos de radiodifusão. Este direito exclusivo deve prever uma excepção para reprodução temporária.
- b) Comunicação ao público (art. 3º): os autores podem autorizar ou proibir a comunicação e disponibilização ao público.
- c) Distribuição (art. 4º) através de qualquer forma, quer seja vende ou outro.

O 5º artigo prevê uma lista de excepções e limitações para certas actividades, desde que não interfiram com a normal exploração da obra nem os direitos do seu autor (art. 5.5.). Estas excepções ficaram apelidadas de “*fair use*” que se relaciona com a preservação da função social da cópia e de disseminação do material produzido em situações de baixo valor económico (Marques, 2011).

- a) Reprodução fotográfica em papel desde que os titulares do direitos sejam recompensados (5.2.a.).
- b) Reprodução para fins privados e não comerciais (5.2.b.).
- c) Bibliotecas, arquivos, estabelecimentos de ensino, museus constituem uma excepção e podem proceder a reproduções desde que seja sem fins lucrativos (5.2.c.), ficando as entidades privadas interditas a usar esta excepção e à disponibilização e comunicação quando se pretende efectuar um estudo privado ou investigatório (5.3.n.).

A excepção para bibliotecas e arquivos relaciona-se com o seu objectivo de preservação das obras, através da digitalização mas, no entanto, não regula o formato nem o número de cópias. Legalmente é permitido a

reprodução em casos específicos de preservação de obras presentes no catálogo da biblioteca/arquivo.

O futuro passará pela digitalização (preservação) num formato duradouro e disponibilização on-line.

Segundo a Comissão das Comunidades Europeias (2008), cada vez mais se verifica uma situação nos projectos de digitalização e que é a existência de “obras órfãs”, ou seja, são trabalhos que não têm autor identificado mas ainda estão sob *copyright*. Estas obras, na sua maioria, já não são exploradas comercialmente.

A ausência desta informação impede a disponibilização *on-line* da obra, devendo quem as disponibilizar, assegurar-se que não infringe a lei quando o autor reaparecer.

As recomendações a nível europeu e dos Estados Unidos e Canadá são no sentido da necessidade de se efectuar uma pesquisa exaustiva para localizar o autor. A Comissão publicou uma recomendação (2006/585/EC) em que os Estados-Membros deveriam incentivar o uso destas obras, através da criação de mecanismos e, ainda, publicar listas de “obras órfãs” conhecidas. No entanto, estas abordagens ainda não foram adoptadas pela maioria dos Estados-Membros (Comissão europeia das Comunidades, 2008).

O art. 5.3.n. que refere a disponibilização/comunicação das obras para uso privado ou de pesquisa, exclui o acesso electrónico à distância.

Estas excepções só são possíveis nos casos de ensino e investigação (5.3.a.); quando são usadas por pessoas com deficiências e sem objectivos comerciais (5.3.b.); quando está em causa a segurança pública (5.3.c.); em caricaturas (5.3.k.) e recuperação de equipamentos (5.3.l.), sendo que ao usar as obras (divulgação, crítica ou análise, entre outros) fazer referência ao seu autor (5.3. c, e.).

A protecção tecnológica deve ser assegurada pelos Estados-membros contra o fabrico, importação, distribuição, venda e aluguer de dispositivos, produtos ou serviços que pretendam anular a protecção (art. 6. 1, 2.).

A Directiva entende que as medidas de carácter tecnológico se referem a “tecnologias, dispositivos ou componentes que, durante o seu funcionamento normal, se destinem a impedir ou restringir actos, no que se refere a obras ou outro material, que não sejam autorizados pelo titular de um direito de autor ou direitos conexos” (Directiva 2001/29/CE, 2001). Assim, na teoria uma biblioteca, por exemplo, pode fazer uma cópia mas na prática não o pode fazer, devido às medidas de carácter tecnológico (Fernández-Molina, Dias & Borges, 2008).

Visto que as medidas tecnológicas de protecção anulam as excepções previstas, os utilizadores devem tentar estabelecer acordos para usufruir dessas excepções.

A legislação portuguesa que regula os direitos relacionados com as obras é o código do direito de autor e dos direitos conexos e é composto por 229 artigos, divididos em 3 títulos.

As obras são entendidas como “criações intelectuais do domínio literário, científico e artístico” (art. 1.1.), independentemente do género, forma de expressão, comunicação ou objectivo (art. 2.1.) não sendo as várias edições de um trabalho consideradas obras originais (art. 2.2.).

A protecção inclui, igualmente, o título da obra (art. 4.1.). No caso de ser o título de uma publicação periódica, este só pode ser, novamente, usado um ano após a extinção do direito à publicação ou três anos a interrupção da publicação (art. 5.2.).

O direito de autor (criador intelectual) detém dois tipos de direito: patrimonial e moral, de natureza pessoal (art. 9.1.). O autor é identificado através do nome próprio, iniciais ou pseudónimo (art. 28.), sendo que a protecção dura 70 anos *post mortem auctorem* (após a morte do autor [art.31.]).

Os direitos patrimoniais são abordados no capítulo V do título I, tendo o titular do direito a possibilidade de utilizar a utilização da obra por terceiros, através de uma autorização por escrito para divulgar, publicar ou explorar a obra durante um período de tempo estipulado (art. 41.) e transmitir o direito patrimonial dessa obra com duração de

25 anos, quando não é acertada a duração e, no caso de inutilização da obra por 7 anos, a exclusividade fica inválida.

O capítulo VI abrange os direitos morais que são entendidos como os direitos que o autor tem de reivindicar a paternidade e genuidade da obra bem como impedir a sua destruição (art. 56), modificação (art. 59.) e, ainda, retirar a obra de circulação (art. 62.).

De acordo com o artigo 68.2. os direitos que assistem ao autor ou a quem este autorizar são:

- a) Publicação pela imprensa e colocação à disposição do público bem como a reprodução directa ou individual;
- b) Representação, execução e exposição;
- c) No caso de obras cinematográficas é possível a reprodução, adaptação, representação, distribuição e execução;
- d) Difusão com recurso à fotografia, telegrafia, televisão e radiofonia;
- e) Aluguer ou venda do original;
- f) Tradução, adaptação ou arranjo.

A utilização livre é esclarecida no capítulo II e compreende os actos de transição temporária, transitório e que integram um processo tecnológico, ou seja prevê um “livre-trânsito” para a circulação técnica das obras.

Assim são permitidos os seguintes actos (art. 75.2.):

- a) Reprodução para uso privado, por instituições de carácter social e sem fins lucrativos;
- b) Comunicação e disponibilização ao público de fragmentos de obras com o intuito informativo, de ensino, crítica ou discussão, em defesa da segurança pública, demonstração ou reparação de equipamentos;
- c) Reprodução total ou parcial por uma biblioteca, arquivo, museu ou centro de documentação;

- d) Comunicação ou execução de obras ou qualquer outro acto relacionado com a religião.

Para possibilitar as utilizações acima referida, estas têm de se fazer acompanhar pela referência ao autor, editor e título da obra e prever compensações equitativas para o autor e/ou editor (por exemplo: fotocópias - 3% e suportes analógicos como gravadores - 3%) [art. 76.1.]

No artigo 217, é referida a protecção de medidas tecnológicas eficazes, sendo estas consideradas como qualquer técnica, dispositivo ou componente que pretende impedir ou restringir qualquer acto sobre uma obra, excluindo os protocolos, formatos, algoritmo e codificações ou criptografia. São entendidas como medidas eficazes quando a utilização da obra é controlado pelo titular do direito de autor, através do acesso ou outro tipo de protecção.

Assim sendo, as medidas de carácter tecnológico têm o intuito de assegurar que qualquer obra não é usada sem o conhecimento do autor ou outro titular desse direito.

A violação do direito de autor é prevista entre os artigos 195 e o 212, e prevê o crime de usurpação ao usar ou compilar qualquer obra sem autorização do autor (art. 195.), publicá-la antes do autor e ultrapassar o acordado no contrato de edição, bem como, quem usa uma obra como sendo uma criação sua incorre no crime de contrafacção (art. 196.)

Estes crimes são punidos com pena de prisão até 3 anos e multa de 150 a 250 dias.

A violação do direito moral através do atentado contra a paternidade, integridade da obra ou usar uma obra contrafeita é punível com uma multa até 50 dias (art. 198 e 199.).

Sumariamente, além de poder transferir os direitos a terceiros, o autor pode proceder à reprodução, distribuição e comunicação da sua obra.

Contudo, os autores estão mais interessados, propriamente, nos seus direitos morais do que nos económicos.

Após a abordagem convencional vou debruçar-me sob uma nova forma de protecção denominada as licenças *Creative Commons*.

Uma licença CC define como um trabalho sujeito a *copyright* pode ser usado, além das excepções previstas pelo *fair use*. Este termo refere-se a “um conjunto de regras que permite o uso de um trabalho procurando estabelecer um equilíbrio entre os direitos de autor e o interesse público (para fins de investigação, educação e uso privado)” (Borges, 2006). Assim sendo, o *copyright* não é transferido, mas são definidas várias possibilidades de uso da obra, tendo por base uma utilização sem limites, distribuição e modificação sempre que necessário (Marandola *apud* Marques, 2011).

Estas licenças prevêem quatro termos de uso que podem ser combinados entre si, num total de 6 licenças:

- Atribuição, que possibilita o uso da obra desde que a autoria seja referida;
- Uso, exclusivamente, não comercial duma obra;
- Possibilidade ou impossibilidade de utilizar a obra em trabalhos derivados.

As licenças CC partilham características em comum, patentes em três modos:

- Commons deed: uso comum;
- Legal code: versão impressa de alta qualidade e carácter probatório;
- Digital code: tradução para formato legível por máquina que possibilita a identificação da obra e uso atribuído pela licença através dos motores de busca e outras aplicações.

As licenças *Creative Commons* e as publicações científicas em OA relacionam-se na medida em que pretendem clarificar as “intenções do autor em relação ao uso que querem dar ao seu trabalho” e, ambas, partilham a ideia de fomentar a “criatividade e produtividade” através do acesso (Borges, 2006).

Segundo Harnad *apud* Marques (2011), “qualquer pessoa pode ter acesso online, imediato, permanente e gratuito ao texto integral, e pode ver, guardar, reutilizar de qualquer forma desde que o texto não seja corrompido ou alterado, e a autoria seja correctamente atribuída”.







	<p><b>Atribuição (by):</b></p> <p>Esta é a licença mais permissiva de todas. A utilização da obra é livre, ou seja, os utilizadores podem fazer dela, uso comercial ou criar obras derivadas a partir da obra original desde que seja dado o devido crédito ao seu autor.</p>
	<p><b>Atribuição – Uso não-comercial (by-nc):</b></p> <p>Esta licença permite uma utilização ampla da obra, desde que desse uso não se obtenha vantagem comercial. Terá que ser dado, também, o devido crédito ao autor.</p>
	<p><b>Atribuição – Partilha nos termos da mesma licença (by-sa):</b></p> <p>Esta licença serve para que seja dado crédito ao autor, mas também que as obras derivadas desta sejam licenciados nos mesmos termos que foi o original.</p>
	<p><b>Atribuição – Proibição de realização de obras derivadas (by-nd):</b></p> <p>Esta licença permite a redistribuição, comercial e não-comercial, desde que a sua obra seja utilizada sem alterações e na íntegra. É também essencial que seja dado o devido crédito ao autor da obra original.</p>
	<p><b>Atribuição – Uso não-comercial – Partilha nos termos da mesma licença (by-nc-sa):</b></p> <p>Esta licença permite a redistribuição não-comercial, desde que a obra seja utilizada sem alterações e na íntegra, e dando crédito ao autor.</p>
	<p><b>Atribuição – Uso não-comercial - Proibição de realização de obras derivadas (by-nc-nd):</b></p> <p>Esta é a licença menos permissiva e permite apenas a redistribuição. Não é permitida a realização de uso comercial, assim como a realização de obras derivadas. Dada a sua natureza, esta licença é muitas vezes chamada de licença de “publicidade livre”.</p>

Fig. 2: As possibilidades de combinação das licenças *Creative Commons*<sup>4</sup>

Analisando as políticas de *copyright* das revistas integrantes do site Scielo português e brasileiro, bem como no OJS e o DOAJ, é possível chegar a algumas conclusões, conforme indicam o gráficos abaixo expostos:

- No caso português, não há informações quanto à licença *Creative Commons* utilizada. As 38 revistas científicas apenas referem o nome da instituição que detém os direitos de autor;
- No site do Brasil, do total de 268 publicações, 72 delas não apresentam informação. A maior parte usa a licença “*By-nc*”, a licença padrão estipulada e 31 revistas usam a mais permissiva, “*By*”.

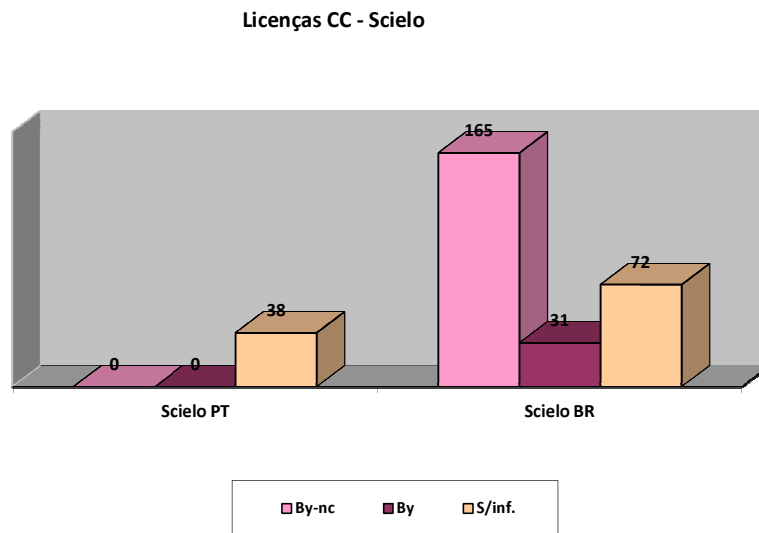


Gráfico 1: comparação da licença CC usada no portal Scielo - em Portugal e no Brasil.

<sup>4</sup> Fonte: site *Creative Commons*, disponível na WWW: <http://www.creativecommons.pt/cms/view/id/28/>



## Licenças CC - OJS

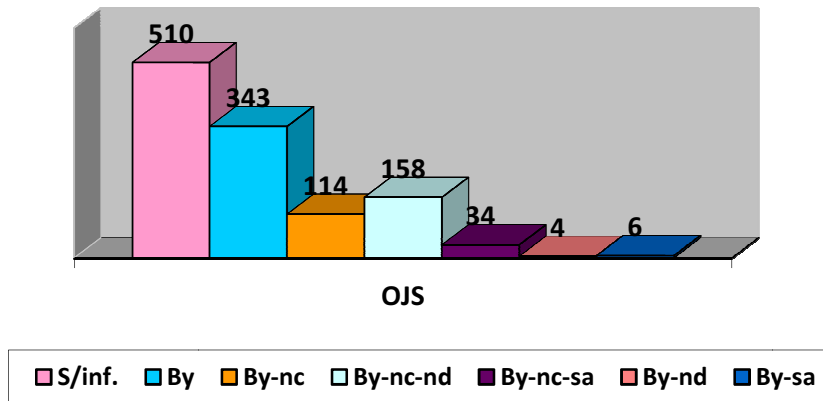


Gráfico 2: comparação da licença CC usada no site OJS.

- Da lista de revistas disponíveis na página do OJS (1169), a maior parte não tem informação explícita acerca da licença CC que usam, apresentam a declaração de transferência do *copyright*, a instituição que detém esses direitos ou, então, não apresentam informação nenhuma no menu das submissões ou das políticas;
- Das combinações possíveis, as três licenças mais usadas são: a “by”, a “by-nc-nd” e a “by-nc” e a menos utilizada é a “by-nd”;
- Cerca de três revistas permitem a escolha de uma das 6 combinações das licenças CC.

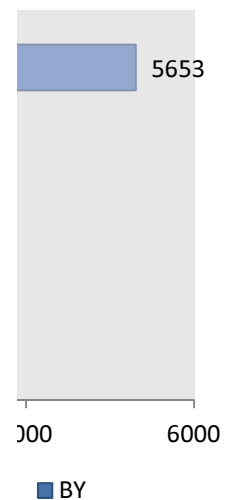


Gráfico 3: comparação da licença CC usada no site DOAJ.

- Das 7290 revistas disponíveis na plataforma DOAJ, mais de metade não têm nenhuma informação relativa ao *copyright*;
- A licença largamente adoptada pelas publicações científicas é a “By”, seguida da “By-nc-nd” e da “By-nc”;
- As combinações menos usadas são a “By-sa” e a “By-nd”.

Resumindo, na generalidade, na Scielo, os utilizadores podem fazer o que entenderem na obra desde que seja referido o autor e não tenham objectivos comerciais nesse uso (“by-nc”). No OJS e no DOAJ, a licença mais usada permite fazer qualquer uso da obra, inclusive comercial, sendo apenas necessário, fazer referência ao autor da obra original (“by”).

De entre as várias combinações, a mais vantajosa para as revistas científicas em OA é a “by-nc-sa”, pois permite o uso e redistribuição, referindo o autor bem como novas criações, desde que não tenha fins comerciais e sejam feitas nos termos da original. Pode-se fazer o *download* como na licença “by-nc-nd” mas, também, é possível a tradução e novas obras baseadas na mesma licença, isto é, não-comercial.

A licença “by-nc” é, igualmente, uma boa alternativa visto que possibilita uma utilização variada desde que seja sem fins lucrativos. Os trabalhos derivados devem ser neste mesmo sentido (de criar conhecimentos e não benefícios económicos), mas não há nenhum impedimento em licenciar a obra em termos diferentes do original.

## 2.2 Posição dos editores e das associações de editores científicos

As editoras comerciais são empresas muito influentes que controlam, de facto, o sistema de comunicação científica pois possuem o *copyright* dos artigos que publicam e são as proprietárias dos periódicos (Mueller, 2006).

Há portanto, um conflito de interesses entre os vários intervenientes da comunicação científica.

Por um lado, as editoras defendem que o acesso aberto não é um modelo viável nem credível e que um modelo de negócio que não se sustenta a si próprio acarreta a impossibilidade de alcançar os estudos científicos. Na sua óptica estão a proteger o autor e a integridade do artigo.

Assim, os editores recebem um valor financeiro das vendas.

Por outro lado, os cientistas recebem reputação e reconhecimento, sendo o retorno financeiro indirecto, ou seja, os investigadores são convidados para palestras, bolsas ou auxílio em pesquisas.

Em relação às universidades estas poderiam ocupar uma posição de poder nesta questão, por exemplo: negociar o *copyright* dos seus autores com as editoras, visto que suportam as investigações e depois não têm condições de custear o preço para aceder aos periódicos cujo conteúdo reflecte esse trabalho.

A crise na comunicação científica não foi resolvida com a implementação das novas tecnologias.

Na informação que é taxada, o que ocorre nas bibliotecas é não adquirirem os periódicos, o que vai quebrar a investigação e, conseqüentemente, o impacto de cada autor. Estas instituições continuam a ter que pagar as assinaturas e, além disso, perdem o direito de aceder ao número anterior que já pagaram.

Os editores fundiram-se, aumentando o seu poder, ao passo que as bibliotecas reuniram-se em consórcios para negociar preços mais acessíveis.

Em Maio de 2007, a ALPSP, entre outros lançaram um artigo intitulado “*Author and Publisher rights for academic use for an appropriate balance*” que defendia que os autores e as suas instituições poderiam usar os seus trabalhos para uso interno, educacional e não comercial e que os editores devem determinar quando uma cópia é considerada oficial e daí recolher os lucros.

Face a este quadro, as editoras vão cedendo na sua posição face ao acesso aberto e à influência crescente da tecnologia aumentando a citação, logo mais prestígio e vendas.

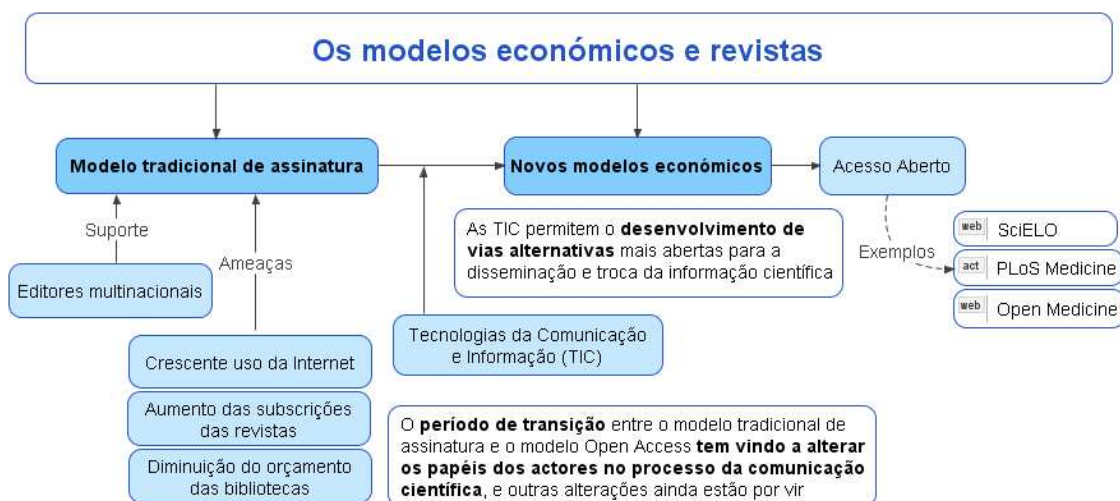


Fig. 1: Os modelos económicos das revistas científicas<sup>5</sup>

A figura acima exposta sintetiza os obstáculos do modelo tradicional baseado na assinatura bem como o papel que as tecnologias tiveram na criação de alternativas para a disseminação da informação.

Borges *apud* John Willinsky (2006) defende a existência de dez modelos de arquivo em *Open Access*:

- Integrados na página institucional e/ou repositório – auto-arquivo (primeiro e segundo);
- As taxas de publicação são financiadas pelo autor (por exemplo a *BioMed Central*);
- A publicação e o acesso livre são garantidos por subsídios;
- Disponibilização online e, em papel, sendo esta última exclusiva para assinantes;

<sup>5</sup> Fonte: site Projecto Necobelac, disponível na WWW: <http://62.204.194.27/necobelac/printversionpor.jsp?id=id521>

- Acesso retardado, ou seja, só ao fim de 6 ou 12 meses é que as publicações se encontram em OA;
- Acesso parcial: apenas a uma parte dos fascículos daquele número, sendo que a outra é reservada aos assinantes;
- O acesso aberto está disponível para os vários países, consoante o rendimento *per capita*;
- Disponível em OA os resumos e informação bibliográfica (por exemplo, a *ScienceDirect* da *Elsevier*);
- As revistas científicas são suportadas pelas instituições (bibliotecas, sociedades científicas, entre outras).

Os editores limitam, assim, o livre acesso para o uso não comercial e restringem a distribuição das suas revistas, dificultando o uso dessas publicações por investigadores com objectivos económicos.

O modelo que assenta em assinaturas pagas é o mais usual, como já foi referido, mas as editoras estão interessadas em explorar outros modelos de negócio, além do mais usual na Web, que se baseia na indexação, onde os resumos e informações bibliográficas estão em OA e com *links* para o texto integral pago (Marques, 2011).

É prática usual para as editoras a transferência do *copyright* do artigo do autor para o editor da publicação (Marques, 2011). Os defensores do acesso livre pretendem modificar esta situação e sugerem uma licença para publicação (edição e impressão) ficando os outros direitos para o autor (direitos morais, de reprodução, de comunicação, de aluguer e tradução, entre outros).

De entre os modelos económicos já referidos ao longo do trabalho, há um que está a ser adoptado por várias editoras e que surge da necessidade de custear a publicação e disponibilizar os artigos em OA, bem como assegurar que os direitos autorais ficam com o autor. É o modelo *author pays* e enquadra-se na categoria dos modelos híbridos (combina o acesso restrito com o acesso aberto), mas, no entanto, ainda não está comprovada a sua viabilidade.

A *BioMed Central* foi pioneira na adopção deste modelo, à qual seguiram-se, entre outras, a *Public Library of Science (Plos)*, *Sage Open* e a *British Medical Journal (BMJ)*.

O autor é detentor do *copyright* e assina uma licença, na qual concede permissão para a publicação do artigo e seu uso, desde que seja mantida a integridade e identidade do autor. Isto sucede na:

- *BioMed Central*;
- *John Wiley – copyright transfer agreement or exclusive license*;
- *Sage Open – journal contributor’s publishing agreement*;
- *Wolters Kluwer*;
- *Reed Elsevier*;
- *Thomson Reuters*.

Na *Springer* o autor pode decidir entre publicar ele próprio o artigo ou transferir esses direitos para a editora, através de um acordo de publicação (*Springer's Copyright Transfer Statement*).

A *Association of Learned and Professional Society Publishers (ALPSP)* é uma associação que representa os editores e tem por missão ligar e informar a comunidade editorial para a defesa da publicação sem fins lucrativos.

A *BIOMED* é, também, a favor do *Open Access*, considerando-o uma alternativa viável para a comunicação científica se este seguir os moldes dos periódicos tradicionais.

A *OASPA (Open Access Scholarly Publishers Association)* pretende defender os interesses dos editores de livros e revistas científicas em acesso aberto, através da criação de modelos de negócio mais apropriado, ferramentas e apoio normalizados para a publicação em OA. Além deste, tem outros objectivos como:

- O estabelecimento de um processo de publicação uniforme;
- A partilha de informação;
- Aplicação de modelos de negócio e publicação que suportam as publicações em OA;

- Divulgar as vantagens do acesso aberto na comunidade científica e o público em geral;
- Contribuir para a criação e distribuição de novas formas de abordar a comunidade científica.

Em 2008, dois grupos de editores em acesso aberto (organizações profissionais e independentes - universidades) juntaram-se num só em prol da defesa do modelo OA em 2010.

O director da SPARC (*Scholarly Publishing and Academic Coalition*), Johnson, acredita que os arquivos abertos são um passo correcto, mas que 6 meses é muito tempo, especialmente, para áreas como a medicina e biologia, entre outras.

O SPARC foi criado pela *Association of Research Libraries* (ARL), face ao aumento de cancelamento das assinaturas de revistas, com o objectivo de inserir novos títulos no mercado para competir com os pertencentes às editoras criando, assim, competitividade e incentivos ao desenvolvimento de sistemas mais rápidos e economicamente mais sustentáveis para benefício de investigadores, bibliotecas e sociedade, incluindo as próprias editoras.

Esta tem um “*author addendum*” em circulação e consiste num documento que os autores assinam e remetem para os editores, alterando a licença em que os autores retêm para si alguns direitos que até aqui pertenciam às editoras, nomeadamente, possibilita as cópias para efeitos de ensino e investigação, entre outros (Sparc: resources for authors, 2011).

Grande parte dos autores não está familiarizada com a lei do copyright e sentem-se intimidados com o processo de negociação do contrato com a editora e assina a licença de transferência de copyright (CTA – *Copyright Transfer Agreement*) sem questionar nenhum aspecto da mesma.

Desta forma, há que considerar os interesses financeiros dos editores com os das universidades e instituições de pesquisa por prestígio e financiamento e o interesse dos autores por reconhecimento e prestígio, também.

Neste contexto em torno do OA, destacam-se duas iniciativas internacionais (Sherpa-Romeo e Dulcinea) que influenciaram a portuguesa (Blimunda).

O projecto Sherpa/Romeo (2002-2006) foi pensado por universidades e outras instituições, reunidas num consórcio, com especial interesse em desenvolver um repositório institucional de OA, reunindo, assim, as políticas de auto-arquivamento de 600 editoras (Sherpa, 2006). Em 2003 houve actualizações ao nível das revistas abrangidas pelo projecto, opções de pesquisa e funcionamento em geral.

O serviço Romeo pretende informar os autores se podem ou não arquivar os seus artigos nos R.I., com recurso a um sistema de cores e ao conhecimento das políticas de copyright. Assim, o código P+p significa “verde” e refere-se às publicações em arquivo OA, nas versões pré-print e post-print e o código P “significa azul”, referindo-se, apenas, às versões post-print e nunca pré-print.

No entanto, na realidade não se verificou nenhuma situação de “azul OA”, nos mais de 200 membros integrantes deste projecto, por isso, não existe razão para haver a distinção entre “P+p e P”, pelo que se deve rectificar este aspecto bem como o sistema de cores.

Um anúncio recente, na página oficial, de uma versão dos serviços Sherpa Romeo aponta para um aumento da cobertura das revistas científicas e maior rapidez de pesquisa na base de dados, mais precisa e com mais opções, por exemplo através do título, editor, ISSN e eSSN. (Sherpa, 2006).

À semelhança deste, o portal Dulcinea, pretende debruçar-se sobre as políticas editoriais das revistas científicas espanholas, no que concerne ao auto-arquivamento em repositórios, acesso e *copyright*, adoptando, igualmente, um sistema de cores para distinguir as revistas.

Por conseguinte, a classificação é a seguinte (Dulcinea, 2011):

- Branco – não é permitido o auto-arquivamento;
- Amarelo – só é permitido o auto-arquivamento da versão pré-print;
- Azul – só é permitido o auto-arquivamento da versão post-print;
- Verde – o auto-arquivamento é permitido nas duas versões.



Este projecto pretende facilitar o acesso à informação e, logo, aumentar a difusão dos trabalhos científicos, através do OA e das políticas de auto-arquivamento, bem como auxiliar no estabelecimento de uma política objectiva sobre o *copyright*.

Sobre as publicações pode-se conhecer a localização na Web e identificação; o tipo de acesso, de arquivamento e politica de copyright, bem como as fontes de informação.

O projecto Blimunda segue os mesmos objectivos dos anteriores mas atendendo ao território nacional. Este foi financiado pela Fundação para a Computação Científica Nacional e desenvolvida pela Divisão de Documentação e Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para o Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), com duração de um ano, a partir de Janeiro de 2010. (Projecto Blimunda, 2011).

Assim sendo, os objectivos são:

- Identificação das políticas editoriais das revistas científicas;
- Registo da mesma na base de dados Sherpa/Romeo;
- Tradução do portal Sherpa/Romeo;
- Estudar o interesse das revistas na adesão a um serviço de alojamento para estas.

## 3. Projecto ID@UC:

### 3.1. Características

O projecto ID@UC é uma parceria da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC) e da Imprensa dessa instituição (IUC) com o objectivo de criar ou transpor as revistas científicas da Universidade de Coimbra para o ambiente electrónico através da plataforma *Open Journal Systems* (OJS), que possibilita a gestão e edição desde a submissão, avaliação, revisão e publicação das mesmas, de um modo simplificado. (IUC, 2011).

O OJS é um software livre e multilingue desenvolvido pela Universidade de *British Columbia* e pretende ser uma solução de acesso livre para a publicação *online* e gestão de revistas científicas. Por conseguinte, várias instituições de ensino públicas e privadas por todo o mundo usam este *software* para desenvolver os seus projectos.

As principais características desta plataforma são:

- a) Gestão remota através da Internet;
- b) Personalização das opções de trabalho para os editores;
- c) Submissão *online* de artigos;
- d) Módulo de registo livre dos utilizadores;
- e) Indexação de conteúdos;
- f) Notificações por *e-mail*;
- g) Ajuda *online* para os utilizadores.

A grande vantagem deste *software* advém, basicamente, de ser livre, de simplificar todo o processo editorial das revistas científicas e dos benefícios económicos (redução de custos) que acarreta a sua adopção.

### 3.2. A definição de *copyright*

A problemática do *copyright* era apontada como o principal obstáculo para a implementação e avanço dos repositórios institucionais (Chan [et al.] *apud* Baptista [et al.], 2007). Este facto deve-se às particularidades da tecnologia (reprodução fácil e de baixo custo, facilidade de alteração e criação de trabalhos derivados) e à própria legislação não ser formulada para este meio.

Nas universidades deve-se ajustar o *copyright* com as excepções do *fair use* de forma a facilitar o acesso às publicações, particularmente, da instituição e eliminar as barreiras do uso desse material para fins de ensino e investigação.

Oppenheim *apud* Borges (2006) lançou quatro cenários relativamente às universidades serem criadoras e editoras de publicações sujeitas a *copyright*, sendo os dois primeiros a curto-prazo e os restantes a médio-prazo:

1. O autor cede o direito de cópia às editoras, através de um CTA acordado com as instituições;
2. O autor concede direitos limitados de publicação, reservando para si, por exemplo, a publicação electrónica;
3. Alterações nas relações de partilha da propriedade intelectual entre os autores e editores;
4. *Copyright* é partilhado pelos autores e pelas universidades em consórcio.

A vantagem dos editores é o *peer review* e outros investimentos como o marketing, mas, caso estes cenários fossem aplicados iria surgir um desinteresse pelas publicações de material acessível através da WWW.

Na fase de configuração da revista, além de outros aspectos, é necessário definir a política relativas ao direito de cópia e a declaração da cedência desse direito, pelo que apenas os aspectos 2.4. e o 3.2. serão tratados.

#### 1. Detalhes

- 1.1. Informações gerais;

- 1.2. Contacto principal;
- 1.3. Contacto do apoio técnico;
- 1.4. *E-mail* da revista;
- 1.5. Editor;
- 1.6. Organizações/instituições que patrocinam a publicação;
- 1.7. Outras fontes de suporte;
- 1.8. Indexação para motores de pesquisa;
- 1.9. História da revista científica.

## 2. Políticas

- 2.1. Foco e objectivos da revista;
- 2.2. Avaliação pelos pares;
- 2.3. Revisão;
- 2.4. Políticas de copyright e privacidade;
- 2.5. Arquivamento;
- 2.6. Segurança e acesso.

## 3. Submissões

- 3.1. Directrizes e linhas de orientação para autores e lista de verificação (*checklist*) na preparação da submissão;
- 3.2. Declaração de *copyright*;
- 3.3. Estatuto dos interesses competitivos (por ex: entre autores e revisores);
- 3.4. Protocolo para os autores indexarem o seu trabalho;
- 3.5. Registo da revista;
- 3.6. Notificação da submissão dos autores;
- 3.7. Assistente de citação e referência.

#### 4. Gestão

- 4.1. Acesso ao conteúdo das publicações, restrições, registo e formato;
- 4.2. Periodicidade das publicações;
- 4.3. Identificação dos conteúdos das publicações;
- 4.4. Notícias aos leitores;
- 4.5. Editores de texto (*copyeditors*);
- 4.6. Editores de *layout* (formato das versões, *templates*, *links* para referências);
- 4.7. Leitores de provas (*proofreaders*);

#### 5. Aspecto

- 5.1. Cabeçalho e conteúdo da página inicial da revista científica;
- 5.2. Cabeçalho e rodapé da publicação;
- 5.3. Barra de navegação;
- 5.4. Folha de estilos da revista;
- 5.5. Informação;
- 5.6. Listas (número de itens que irão aparecer nas páginas de listagens).

Na gestão das revistas na plataforma OJS, a política de *copyright* irá figurar na página “*about the journal*” e o autor terá, necessariamente, de concordar com ela para poder submeter os seus trabalhos.

Borges (2006) defende que a universidade deve possuir uma política combinada de *copyright* e, caso isso não se verifique, é de extrema importância, uma política de aconselhamento e sensibilização por forma a que o autor não encontre constrangimentos à sua investigação.

No ponto relativo às políticas de *copyright* e privacidade é dado a conhecer o uso que se poderá fazer com os artigos daquela revista bem como a salvaguarda dos dados pessoais. Curiosamente, muitas das revistas científicas apelidam este ponto de

“políticas de acesso livre” e informam que todo o conteúdo está em OA, contribuindo para a democratização do conhecimento.

Mais concretamente, ficamos a conhecer a licença CC usada na revista e daí os actos que, legalmente, se pode realizar. Ao nível internacional, as mais usuais são a “By”, “By-nc” e “By-nc-nd”, exprimindo a preocupação que a equipa editorial tem em seja concedido o devido crédito ao autor e proibido o uso comercial dos trabalhos. No entanto, é de destacar que, na sua maioria, as revistas científicas omitem esta informação ou não é dada de uma forma clara e objectiva.

Idealmente, a política de *copyright* deveria permitir o auto-arquivamento por parte dos autores em repositórios institucionais.

A Declaração de *Copyright* pode ser redigida de várias formas mas o seu objectivo geral é expressar as políticas de cópia da revista que se prendem com a produção de conhecimento e o uso sem benefícios económicos<sup>6</sup>. Com este acto, o autor transfere os direitos de propriedade intelectual para a revista científica.

Neste ponto é imperativo que o autor concorde com a declaração para efectuar a submissão do artigo.

---

<sup>6</sup> No anexo I encontram-se vários acordos de transferência de direitos a título exemplificativo do que é praticado.

## Conclusão

De acordo com os objectivos propostos e após a revisão da literatura percebe-se a importância das revistas científicas desde os seus primórdios até à actualidade na difusão do conhecimento científico, sendo de extrema importância encontrar um equilíbrio entre recompensar o trabalho dos autores, através da salvaguarda dos seus direitos, e divulgar esse conhecimento para o avanço da ciência.

Os avanços mais notáveis neste campo deram-se com a aplicação das novas tecnologias na edição dos periódicos e, mais significativamente, com o desenvolvimento da Web, em que os utilizadores podiam consultar as revistas com recurso aos seus computadores ligados a um *modem*. As TIC facilitaram a comunicação entre investigadores, a difusão e acesso ao conhecimento, mas, contudo, o crescimento da literatura científica foi acompanhado pela mercantilização da mesma e o monopólio das editoras, sendo que a tecnologia veio trazer novas formas de divulgar a informação (revistas científicas electrónicas em acesso livre, repositórios, servidores de *e-prints* e páginas pessoais dos autores na *Web*).

Este potencial electrónico é acompanhado pela problemática do acesso livre às publicações científicas *on-line*, visto que aumenta o uso das pesquisas e o auto-arquivamento disponibiliza os artigos, sem custos para o utilizador.

O objectivo destas publicações prende-se com a divulgação dos resultados das pesquisas à comunidade científica, sob a forma de artigos, incitando à discussão e novas descobertas, aumentando, assim, o conhecimento e desenvolvimento da ciência.

Neste sentido, o *Open Access* contribui para esse desenvolvimento e, em primeira instância, para aumentar o impacto de citação de cada autor, estando os seus direitos salvaguardados, igualmente, como nas publicações impressas, através da protecção convencional ou de novas formas de protecção como as licenças CC.

Questiona-se quem deverá ser o verdadeiro titular do direito de autor, autor ou o editor? Deverá ser o autor, pois é o criador da obra, ficando o editor com o direito de exploração mas, desde sempre os autores, sob pena de não verem o seu trabalho publicado, cederam os seus direitos às editoras que fizeram da produção do conhecimento uma oportunidade de negócio e monopólio do mercado.

Neste contexto, face ao exposto fará todo o sentido para a comunidade científica incentivar o livre acesso nas suas investigações. De igual modo as universidades sendo o motor da produção científica, tecnológica, cultural e artística devem, por isso, incentivar essa criação, tanto mais que são financiadas por dinheiro dos contribuintes. Daí ser importante defender o interesse público na questão dos direitos de autor dessas produções, o que passa pela defesa e aplicação do modelo de acesso aberto às suas publicações

Nas revistas científicas é usual o autor do artigo transferir o *copyright* para o editor da publicação, que controla as reimpressões e outros usos mas, no entanto, os apologistas do acesso livre pretendem modificar esta situação, defendendo uma licença para publicação. Assim sendo, os editores podem editar, imprimir e comercializar um artigo, ficando os outros direitos para o autor.

Em termos sumários, a legislação prevê os direitos de reprodução, comunicação e disponibilização ao público, distribuição, aluguer, tradução e adaptação, existindo uma lista de excepções para determinadas actividades: reprodução para fins privados e não comerciais, por bibliotecas, arquivos, museus e estabelecimentos de ensino e em casos em que esteja em questão a segurança pública, pessoas portadoras de deficiências.

Contudo, e apesar da legislação, uma biblioteca pode ver-se impedida de realizar algumas das suas previstas. Por exemplo uma biblioteca, em teoria, pode fazer uma cópia para preservação do original mas, na prática, as medidas de protecção tecnológica impedem essa cópia, sendo necessário estabelecer acordos para usufruir dessas excepções.

Existem vários obstáculos à manutenção dos direitos de autor no espaço digital, sendo que, o carácter universal da tecnologia permite criar cópias e distribuí-las a um preço reduzido e torna difícil a gestão das leis de *copyright* dos vários países.

Inicialmente, as grandes editoras como a *Reed Elsevier*, *Thomson*, *Kluwer* e *Springer*, praticavam políticas muito restritivas sobre os direitos autorais das suas revistas científicas, mantêm preços elevados nas assinaturas mas, posteriormente, começaram a ceder face ao *Open Access* e limitam o acesso para uso não comercial dos artigos, restringindo a distribuição das revistas científicas. A prática mais usual baseia-se nas assinaturas e a disponibilização gratuita do resumo e informação bibliográfica na



WWW, sendo o acesso ao texto integral pago mas as editoras mostram-se interessadas na exploração de novos modelos económicos.

Face a isto, a SPARC, promoveu uma adenda que os autores assinam, alterando o contrato com a editora e, assim, guardam para si alguns dos direitos que ficariam com o editor, aquando da assinatura da declaração de transferência do *copyright*.

Este conflito de interesses entre os editores, instituições e autores centra-se no reconhecimento e prestígio a alcançar com as suas publicações.

Posto estas considerações, é analisado um projecto da FLUC em parceria com a IUC, que pretende criar ou migrar para o ambiente digital revistas científicas electrónicas através de uma plataforma denominada OJS, que consiste num *software* multilingue para a gestão e edição das publicações, de uma forma facilitada e com baixos custos, aumentando o acesso e impacto da informação científica.

É enquadrado na categoria do acesso aberto mas, no entanto, é possível configurar o sistema para acesso fechado por assinatura, ou misto.

Trata-se de um projecto inovador a nível nacional, com inúmeras vantagens que pode ser, no futuro, adoptado por outras instituições para a gestão das suas publicações científicas. Em termos nacionais, surgiu recentemente um projecto, o Serviço de Alojamento de Revistas Científicas (SARC) irá gerir um conjunto de revistas que aceitem o modelo de acesso livre para o seu conteúdo. Além do apoio na gestão este serviço disponibiliza acções de formação para os administradores das revistas científicas.

O contributo significativo deste trabalho centra-se na abordagem dos direitos de autor nas publicações electrónicas que incluem, também, a discussão de novas formas de protecção da propriedade intelectual.

O estudo de alguns sites que agregam revistas científicas permitiu perceber qual a licença mais usada mas, no entanto, não se pode afirmar que existe uma dominante.

Deve-se, no futuro, procurar incentivar uma clarificação do *copyright* de cada publicação, explicitando, inequivocamente, o que é permitido e o que não é nos artigos publicados. Um projecto lançado recentemente em Portugal (Blimunda), à semelhança

do Sherpa/Romeo no Reino Unido e da Dulcinea na Espanha, virá a permitir clarificar estas questões e a necessidade da sua abordagem.

## Anexo I: “Acordos de transferência de direitos autorais”

### A - Declaração de *Copyright* da Revista Produção (Scielo Brasil)<sup>7</sup>

#### DECLARAÇÃO

##### RESPONSABILIDADE E TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS AUTORAIS

O(os) autor(es) vem por meio desta declarar que o artigo intitulado “TÍTULO DO ARTIGO” aprovado para publicação na **Revista Produção** é um trabalho original, que não foi publicado ou está sendo considerado para publicação em outra revista, que seja no formato impresso ou no eletrônico.

O(os) autor(es) do manuscrito acima citado também declara(m):

1. Declaro que participei suficientemente do trabalho para tornar pública minha responsabilidade pelo conteúdo.
2. Declaro que o uso de qualquer marca registrada ou direito autoral dentro do manuscrito foi creditado a seu proprietário ou a permissão para usar o nome foi concedida, caso seja necessário.
3. Declaro que todas as afirmações contidas no manuscrito são fatos são verdadeiras ou baseadas em pesquisa com razoável exatidão.
4. Declaro que concordo que os direitos autorais referentes ao artigo acima referenciado se tornarão propriedade exclusiva da **Revista Produção**, vedada qualquer reprodução, total ou parcial, em qualquer outra parte ou meio de divulgação, impressa ou eletrônica, sem que a autorização prévia seja solicitada, e, se obtida, farei constar o competente agradecimento à Associação Brasileira de Engenharia de Produção (**ABEPRO**)

#### ASSINATURA DO(S) AUTOR(ES)

Primeiro Autor: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

–

Endereço: \_\_\_\_\_

<sup>7</sup> Fonte: [www.scielo.br/revistas/prod/Form\\_%20Direitos%20Autorais.doc](http://www.scielo.br/revistas/prod/Form_%20Direitos%20Autorais.doc)

Email: \_\_\_\_\_

Testemunha:

\_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Co-Autor: -

\_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

-

Endereço:

\_\_\_\_\_

Email: \_\_\_\_\_

Testemunha:

\_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Co-Autor:

\_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Email: \_\_\_\_\_

Testemunha:

\_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

**Nota: Todas as pessoas relacionadas como autores devem assinar esta declaração e não serão aceitas declarações assinadas por terceiros.**

A declaração original deve ser assinada, datada e encaminhada para:

**REVISTA PRODUÇÃO**  
**Av. Prof. Almeida Prado, Travessa 2, 128 - 2º andar - sala 231**  
**São Paulo - SP**  
**CEP 05508-900**  
**Fone: (11) 3091-5363, R.400**  
**Fax: (11) 3091-5399**  
**e-mail: editoria@revistaproducao.net**

## B – Declaração de *Copyright* usada pela RECOM<sup>8</sup>

### TERMO DE COMPROMISSO E

### ACORDO DE TRANSFERÊNCIA DO COPYRIGHT

À: Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro (RECOM)

Cada autor deve ler e assinar este termo de compromisso e transferência de copyright do original.

#### 1. Termo de compromisso:

Declaro que eu participei na elaboração do manuscrito intitulado: **INFORMAR TÍTULO**, de autoria de **INFORMAR NOME(S) DO(S) AUTORE(S)** e que tenho plenos poderes em atender este termo.

Declaro que o citado manuscrito é original e não foi previamente publicado em parte ou no todo e que nenhum outro manuscrito similar sob minha autoria está publicado ou em análise por outro periódico seja impresso ou eletrônico.

Declaro ainda, que não violei nem infringi nenhum *copyright* ou nenhum outro tipo de direito de propriedade de outras pessoas, e que todas as citações no texto são fatos verdadeiros ou baseados em pesquisas de exatidão cientificamente considerável. Comprometo-me, quando solicitado, a fornecer informações aos editores a respeito dos dados deste manuscrito.

Para manuscritos com mais de 6 autores, cada autor deve declarar seu nível de participação de acordo com o seguinte: Declaro que tive participação suficiente no trabalho para assumir a responsabilidade por: 1- parte do conteúdo, 2-pelo conteúdo total.

Assinatura do(s) autor(es), local e data:

---

---

---

<sup>8</sup> Revista de enfermagem do Centro Oeste Mineiro.

Fonte: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/rt/metadata/81/0>

**2. Transferência de *Copyright*:** Declaro que, caso este manuscrito seja aceito, concordo que seu *copyright* estará transferido à posse exclusiva de Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro (RECOM). Permito a reprodução parcial deste artigo, para uso pessoal, mas a referência bibliográfica original deverá ser citada.

Assinatura do(s) autor(es), local e data:

## C – Exemplo da Declaração de *Copyright* das Revistas da UFG<sup>9</sup>

### TERMO DE RESPONSABILIDADE E ACORDO DE TRANSFERÊNCIA DO COPYRIGHT

Cada autor deve ler e assinar este termo de responsabilidade (1) e transferência de copyright do original (2).

#### Primeiro autor (responsável para a correspondência)

Carina Maria Nunes

#### Título do artigo: Satisfação e insatisfação no trabalho na percepção de enfermeiros de um hospital universitário

**1. Acordo da Responsabilidade:** Todas as pessoas abaixo listadas como autores devem assinar este acordo da responsabilidade:

- Declaro que eu participei na elaboração deste trabalho e tenho plenos poderes em atender este acordo.
- Declaro que este trabalho é original e não foi previamente publicado em parte ou no todo; que nenhum outro manuscrito similar sob minha autoria está publicado ou em análise por outro periódico seja impresso ou eletrônico; que não violei nem infringi nenhum *copyright* ou nenhum outro tipo de direito de propriedade de outras pessoas, e que todas as citações no texto são fatos verdadeiros ou baseados em pesquisas de exatidão cientificamente considerável.
- Declaro que, quando solicitado, fornecerei informações aos editores a respeito dos dados deste manuscrito.

Para manuscritos com mais de 6 autores, cada autor deve declarar seu nível de participação de acordo com o seguinte: Declaro que (1) eu contribuí inteiramente à concepção deste manuscrito, ao seu projeto, à obtenção de dados de, à análise e à interpretação; (2) contribuí significativamente à elaboração do esboço ou à revisão crítica deste manuscrito; (3) participei na revisão da versão final do manuscrito.

Assinatura do(s) autor(es), local e data: São Paulo, 25 de agosto de 2009



Carina Maria Nunes,



Daisy Maria Rizatto Tronchin,



Marta Maria Melleiro,



Paulina Kurcgant

**2. Transferência de *Copyright*:** Declaro que, caso este manuscrito seja aceito, concordo que seu *copyright* estará transferido à posse exclusiva de Revista Eletrônica de Enfermagem (ISSN 1518-1944). Toda a reprodução para o uso pessoal é permitida, assim como a reprodução parcial também é permitida, mas a referência bibliográfica original deverá ser citada.

Assinatura do(s) autor(es), local e data: São Paulo, 25 de agosto de 2009



Carina Maria Nunes,



Daisy Maria Rizatto Tronchin,



Marta Maria Melleiro,



Paulina Kurcgant

<sup>9</sup> UFG (Universidade Federal de Goiás)

Fonte: [www.revistas.ufg.br](http://www.revistas.ufg.br)





## **D – Declaração de *Copyright* da Revista Portuguesa de Cirurgia<sup>10</sup>**

### **Transferência de Direitos de Propriedade (Copyright)**

*Todos os autores devem assinar e datar os documentos que se apliquem*

Título do texto em causa

Código atribuído pela Revista Portuguesa de Cirurgia (se conhecido)

Nome

Endereço electrónico

Nome do autor de contacto

Endereço electrónico do autor de contacto

### **Declaração de transferência de Direitos de Propriedade (Copyright)**

O(s) Autor(es) do artigo acima mencionado, procede(m) por este modo à transferência de Direitos de Propriedade (Copyright) e atribui(em) à Sociedade Portuguesa de Cirurgia os direitos, título e interesse que o(s) Autor(es) tem(êm) ou possa(m) ter tido ou vir a ter em relação ao artigo e a revisões que dele sejam feitas, incluindo, mas não limitado a, direito de imprimir, publicar e vender o mesmo em quaisquer línguas ou suporte.

Esta transferência terá efeito se e quando o artigo seja aceite para publicação.

*Assinatura(s) seguidas do(s) Nome(s) em letra de imprensa*

---

<sup>10</sup> Fonte:

[http://ruirodrigues.net/spc\\_revista/index.php?option=com\\_content&task=view&id=20&Itemid=26](http://ruirodrigues.net/spc_revista/index.php?option=com_content&task=view&id=20&Itemid=26)



## E – Declaração de *Copyright* da Revista **Texto & Contexto - Enfermagem**<sup>11</sup>

### **Declaração de Transferência de Direitos Autorais**

Os autores abaixo-assinados declaram que os direitos autorais referentes ao artigo (*escrever título do artigo*) que será publicado, se tornarão propriedade exclusiva da **Texto & Contexto Enfermagem**. Do mesmo modo, assumem total responsabilidade pelas citações e referências bibliográficas utilizadas no texto, bem como sobre os aspectos éticos que envolvem os sujeitos do estudo.

Estamos cientes de que é vedada qualquer reprodução total ou parcial, em qualquer parte ou meio de divulgação, impressa ou electrónica, sem que, a prévia e necessária autorização, seja solicitada e, se obtida, faremos constar o competente agradecimento à **Texto & Contexto Enfermagem** e os créditos correspondentes.

Autores:

Artigo:

Local e data

---

<sup>11</sup> Fonte: <http://www.scielo.br/revistas/tce/pinstruc.htm>



## Referências bibliográficas

ALPSP (The Association of Learned and Professional Society Publishers) (2011) – *The Association of Learned and Professional Society Publishers*. [Consult. a 12 de Jan. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: [http://www.alpsp.org/ngen\\_public/default.asp?ID=311&groupid=192&groupname=About+ALPSP](http://www.alpsp.org/ngen_public/default.asp?ID=311&groupid=192&groupname=About+ALPSP)>.

ANDRÉ, Francis (2010) - A evolução do livre acesso à informação científica. *França Flash*. [Em linha]. Nº 40, p. 12-13 [Consult. a 18 de Nov. de 2010]. Disponível na WWW: <URL: [http://www.ibict.br/anexos\\_secoes/art.socinfo.2004.11.09.pdf](http://www.ibict.br/anexos_secoes/art.socinfo.2004.11.09.pdf)>.

ANTUNES, Adriana Duarte (2010) – *Revistas científicas no cosmos digital*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. [Em linha]. [Consult. a 20 de Abr. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: <http://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/14408/3/Revistas%20cient%C3%ADficas%20no%20cosmos%20digital.pdf>>.

BAPTISTA, Ana Alice; COSTA, Sely Maria de Souza; KURAMOTO, Hélio; RODRIGUES, Eloy (2007) - Comunicação científica: o papel da Open Archives Initiative no contexto do acesso livre. Encontros Bibli: *Revista Electrónica Biblioteconomia Ciência da Informação*. [Em linha]. (2007) [Consult. a 18 de Mar. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: <http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/635>>.

BLIMUNDA (2011) – *Projecto Blimunda*. [Consult. a 16 de Ago. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: <http://sites.google.com/site/projectoblimunda/>>.

BLIMUNDA (2011) – *Projecto Blimunda*. [Consult. a 16 de Ago. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: <http://projecto.rcaap.pt/index.php/lang-pt/sobre-orcaap/servicos/projecto-blimunda>>.

BOAI (Budapest Open Access Initiative) (2002) - *Budapest Open Access Initiative*. [Consult. a 25 de Mai. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.soros.org/openaccess/read.shtml>>.

BMC (BioMed Central) (2011) – *Copyright*. [Em linha] [Consul. a 23 de Ago. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.biomedcentral.com/info/about/copyright>>.

BORGES, Maria Manuel (2006) - *A esfera: comunicação académica e novos media*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Dissertação de doutoramento em Letras, área de Ciências Documentais, especialidade de Tecnologias da Informação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. [Em linha]. [Consult. a 10 de Mar. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: [https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/8557/5/MMBorges\\_tese.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/8557/5/MMBorges_tese.pdf)>.

BORGES, Maria Manuel (2008) - A propriedade intelectual: do direito privado ao bem público. *Observatório journal*. [Em linha]. Vol. 2, nº2 (2008), p. 225-244. [Consult. a 22 de Out. de 2010]. Disponível na WWW: <URL: <http://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/2590/1/126-851-1-PB.pdf>>.

BRUXELAS. Commission of the European Communities (2010) - *Copyright in the knowledge economy*. [Em linha]. [Consult. a 28 de Nov. de 2010]. Disponível na WWW: <URL: [http://ec.europa.eu/internal\\_market/copyright/docs/copyright-infso/greenpaper\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/internal_market/copyright/docs/copyright-infso/greenpaper_en.pdf)>.

CASTEDO, Raquel (2009) - *Revistas científicas on-line de comunicação no Brasil: a produção editorial sob o impacto da tecnologia*. Porto Alegre. Dissertação de mestrado presente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. [Em linha]. [Consult. a 13 de Abr. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.raquelcastedo.com/dissertacao/resumo/index.html>>.

DOAJ (Directory of Open Access Journal) (2011) – *Browse* [Em linha]. [Consult. a 22 de Set. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.doaj.org/doaj?func=byTitle&hybrid=&query=A&uiLanguage=en>>.

DULCINEA (2011) – *Dulcinea*. [Consult. a 16 de Ago. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.accesoabierto.net/dulcinea/default.php?contenido=acerca>>.

ELLIOT, Stagg Victoria (2004) - Journal, free for all: the electronic future of scientific publishing. *American Medical Association* [Em linha]. [Consult. a 23 de Fev. de 2001]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.ama-assn.org/amednews/2004/04/19/hlsa0419.htm>>.

FERNÁNDEZ-MOLINA, Juan Carlos; DIAS, Maria do Carmo; BORGES, Maria Manuel (2008) - *Bibliotecas y derechos de autor: análisis comparativo de la nueva legislación de España e Portugal*. [Em linha]. [Consult. a 17 de Mar. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: [https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/8552/1/Edibcic-Fern% c3% a1ndez-Molina-Dias-Borges.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/8552/1/Edibcic-Fern%c3%a1ndez-Molina-Dias-Borges.pdf)>.

FONSECA, Ramón Martins Sodoma da (2006). *OJS em uma hora: uma introdução ao sistema electrónico de editoração de revistas SEER/OJS versão 2.1.1*. [Em linha]. [Consult. a 5 de Jan. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.uff.br/RVQ/ManualOJS.pdf>>.

IFLA (2002) - *ISBD (CR): International Standard Bibliographic Description for Serials and other Continuing Resources*. [Em linha]. [Consult. a 20 de Abr. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.ifla.org/VII/s13/pubs/isbdcr-final.pdf>>.

JOHN WILEY (2011) – *John Wiley*. [Consult. a 10 de Mai. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: <http://eu.wiley.com/WileyCDA/Section/index.html>>.

KURAMOTO, Hélio (2007) - Acesso livre à literatura científica: um caso de soberania nacional?. V *Jornadas Nordestinas da Biblioteconomia e Ciência da Informação*. [Em linha]. [Consult. a 4 de Jan. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.apbpe.org.br/v2/jornada5/palestras/acesliv.pdf>>.

MARQUES, Carla Sofia Fernandes (2011) - *Publicação electrónica e os seus aspectos económicos e legais*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. [Em linha]. [Consult. a 14 de Jun. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/15528/1/Publica%C3%A7%C3%A3o%20electr%C3%B3nica%20e%20os%20seus%20aspectos%20econ%C3%B3micos%20e%20legais.pdf>>.

MCVEIGH, Marie (2004) - *Open access journals in the Isi citation databases: analyses of impact factor and citation patterns*. [Em linha]. [Consult. a 10 de Fev. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: <http://science.thomsonreuters.com/m/pdfs/openaccesscitations2.pdf>>.

MILLÁN, José (2001) - *La revuelta de los científicos o el editor como comadrona*. [Consult. a 15 de Mar. 2011]. Disponível na WWW: <URL: <http://jamillan.com/revuelta.htm>>.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (2006) - A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. *Ciência da Informação* [Em linha]. Vol. 35, nº2 (2006) 27-38. [Consult. a 17 de Mar. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: <http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/977>>.

OASPA (Open Access Scholarly Publishers Association) (2011) - *Mission and purpose*. [Em linha]. [Consult. a 11 de Ago. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.oaspa.org/mission.php>>.

ORTELLADO, Pablo; MACHADO, Jorge Alberto (2006) - Direitos autorais e o acesso às publicações científicas. *Revista Adsup* [Em linha]. Nº 37 (2006) 6-15. [Consult. a 22 de Out. de 2010]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.adusp.org.br/revista/37/r37a01.pdf>>.

PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO (2001) - Directiva 2001/29/EC. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*. Nº 167 (22-06-01) p. 10-19.

PINA, Pedro (2010). Propriedade intelectual, copyleft e acesso ao conhecimento científico. *Oficina do CES* [Em linha]. Nº 302. [Consult. a 7 de Dez. de 2010]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/302.pdf>>.

PORTUGAL. Assembleia da República (2008) - *Código do direito de autor e dos direitos conexos*. D.R. I Série. 64 (1-04-08) 1901-1931.

PKP (Public Knowledge Project) (2011) – *A sample of journals using Open Journal Systems*. [Em linha]. [Consult. a 22 de Set. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: <http://pkp.sfu.ca/ojs-journals>>.

PLOS (Public Library of Science) (2011) - *Open Access definition* [Em linha]. [Consult. a 25 de Mai. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.plos.org/oa/definition.php>>.

RCAAP (Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal) (2011) - *Enquadramento: O acesso aberto* [Em linha]. [Consult. a 28 de Set. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: <http://projecto.rcaap.pt/index.php/lang-pt/sobre-ou-rcaap/enquadramento>>.

REED ELSEVIER (2011) – *Reed Elsevier*. [Consult. a 25 de Jan. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.reedelsevier.com/AboutUs/Pages/Home.aspx>>.

RODRIGUES, Eloy (2004) - Acesso livre ao conhecimento: a mudança do sistema de comunicação da ciência e profissionais de informação. *Cadernos BAD* [Em linha]. Nº 1 (2004) p. 24-35. [Consult. a 9 de Mar. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/670/1/Cadernos%20BAD%202004.pdf>>.

ROSA, Flávia; GOMES, Maria João (2010). Comunicação científica: das restrições ao acesso livre. IN *Repositórios Institucionais: democratizando o acesso ao conhecimento*. [Em linha]. Salvador: EDUFBA, 2010. ISBN 978-85-232-0733-5. p. 11-34. [Consult. a 18 de Mar. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11412/1/RI\\_FI%3%a1via%20Rosa%20%26%20Maria%20Jo%3%a3o%20Gomes.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11412/1/RI_FI%3%a1via%20Rosa%20%26%20Maria%20Jo%3%a3o%20Gomes.pdf)>.

SAGE OPEN (2011) – *SAGE Open*. [Consult. a 17 de Ago. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: <http://sgo.sagepub.com/>>.

SARAIVA, Ricardo; RODRIGUES, Eloy – *O acesso livre à literatura científica em Portugal: a situação actual e as perspectivas futuras* (2010) [Em linha]. [Consult. 29 de Jun. de 2011]. Disponível em WWW: <url: [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10528/1/10CongBAD\\_Acesso%20Livre%20Portugal\\_Apresenta%3%a7%3%a3o.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10528/1/10CongBAD_Acesso%20Livre%20Portugal_Apresenta%3%a7%3%a3o.pdf)>.

SCIELO PORTUGAL (Scientific Electronic Library Online) (2011) – *Colecção da Biblioteca* [Em linha]. [Consult. a 22 de Set. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: [http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php/script\\_sci\\_alphabetic/lnq\\_pt/nrm\\_iso](http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php/script_sci_alphabetic/lnq_pt/nrm_iso)>.

SCIELO BRASIL (Scientific Electronic Library Online) (2011) - *Colecção da Biblioteca* [Em linha]. [Consult. a 22 de Set. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_alphabetic&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_alphabetic&lng=pt&nrm=iso)>.



SHERPA (2006) – *Sherpa*. [Consult. a 16 de Ago. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.sherpa.ac.uk/about.html>>.

SILVEIRA, Marta; ODDONE, Nanci (2010) - *Livre acesso à literatura científica: realidade ou sonho de cientistas e bibliotecários* [Em linha]. [Consult. a 16 de Nov. de 2010]. Disponível na WWW: <URL: [http://www.cinform.ufba.br/v\\_anais/artigos/martaenanci.html](http://www.cinform.ufba.br/v_anais/artigos/martaenanci.html)>.

SPARC (The Scholarly Publishing & Academic Resources Coalition) (2011) - *Resources for authors* [Em linha]. [Consult. a 3 de Mar. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.arl.org/sparc/author/>>.

SPRINGER (2011) – *Springer*. [Consult. a 25 de Jan. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.springer.com/about+springer?SGWID=0-104-0-0-0>>.

STUMPF, Ida Regina Chitto (1996) - Passado e futuro das revistas científicas. *Ciência da informação* [Em linha]. Vol. 25, nº 3 (1996) [Consult. a 9 de Mar. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/463/422>>.

SUBER, Peter (2008) - Balancing Author and Publisher Rights. *Bilgi Dünyası* [Em linha]. Vol. 9, nº 1 (2008) p. 207-224. [Consult. a 25 de Mar. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: <http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/11439/1/207-224.pdf>>.

TILLY, Charles (2006) - O acesso desigual ao conhecimento científico. *Tempo Social* [Em linha]. Vol. 18, nº 2 (2006) p. 47-63. [Consult. a 23 de Fev. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.scielo.com.br/pdf/ts/v18n2/a03v18n2.pdf>>.

THOMSON REUTERS (2011) – *Thomson Reuters*. [Consult. a 25 de Jan. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: <http://thomsonreuters.com/about/>>.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Imprensa da Universidade (2011) - *ID@UC: serviço de publicações periódicas digitais*. [Consult. a 25 de Mai. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc/iduc/](http://www.uc.pt/imprensa_uc/iduc/)>.

UNIVERSIDADE DO MINHO. Serviços de documentação (2011) - *Declaração de Berlim sobre Acesso Livre ao conhecimento nas ciências e humanidades*. [Em linha]. [Consult. a 23 de Ago. de 2011]. Disponível na WWW: <URL: [http://oa.mpg.de/files/2010/04/BerlinDeclaration\\_pt.pdf](http://oa.mpg.de/files/2010/04/BerlinDeclaration_pt.pdf)>.

WILLINSKY, John [et al.] (2006) – *OJS: A complete guide to online publishing* [Em linha]. Canada: PKP, 2010. [Consult. a 29 de Out. de 2010]. Disponível na WWW: <URL: <http://pkp.sfu.ca/ojs/docs/userguide/2.3.3/userguide.pdf>>.



## Índice de figuras

Fig. 1: Os modelos económicos das revistas científicas.

Fig. 2: As possibilidades de combinação das licenças *Creative Commons*.

Fig. 3: Exemplo de Declaração de *Copyright* da Revista Produção usada no Scielo Brasil.



## Índice de gráficos

Gráfico 1: comparação da licença CC usada no portal Scielo em Portugal e no Brasil.

Gráfico 2: comparação da licença CC usada no site OJS.

Gráfico 3: comparação da licença CC usada no site DOAJ.